

4. A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA SOCIAL

Neste capítulo e nos próximos, serão apresentados os depoimentos das agricultoras e assessoras atuantes no movimento agroecológico brasileiro que foram ouvidas por esta pesquisa.¹ Serão enfocados as condições em que se deu a entrada na militância social, os entraves encontrados e as formas de superação forjadas por elas no decorrer de suas trajetórias. Ao final do capítulo, serão analisados os aspectos mais relevantes que emergem desses depoimentos, em relação às formas como se organizam as famílias no meio rural, e o papel atribuído aos homens e mulheres nesse modelo. Como veremos, as histórias de vida dessas mulheres têm constituído um constante desafio a esses padrões de gênero.

As primeiras experiências

Praticamente todas as protagonistas deste livro envolveram-se muito cedo com movimentos sociais, algumas ainda no final da década de 1980. Quase todas começaram participando em grupos ligados à Teologia da Libertação (Pastoral da Juventude, Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base). Os grupos de igreja funcio-

1 Em alguns casos serão trazidos também trechos das conversas com seus esposos ou companheiros, assim como trechos de falas obtidas nas reuniões com grupos de base (nas quais, algumas vezes, não foi possível identificar o nome da pessoa que falava), e também falas dos técnicos e das técnicas de ONGs que acompanhavam as experiências organizativas dessas mulheres.

navam como uma “ponte”, uma escola preparatória para a participação em outros movimentos, como o sindical, o de luta pela terra, o movimento de mulheres, os partidos políticos. Foram espaços de conscientização e de mobilização para o engajamento nas lutas sociais rurais.

Esse foi o caso, por exemplo, de Efigênia,² de Minas Gerais, agricultora que trabalhou na terra desde cedo com pais e irmãos, em uma pequena propriedade no município de Acaiaca. Ela começou em um grupo de jovens (Pastoral da Juventude) aos 15 anos; passou a participar do sindicato dos trabalhadores rurais de seu município, onde, com dezoito anos, foi contratada como secretária; poucos anos depois, viria a ser eleita presidente do sindicato, sendo reeleita no período seguinte.

Del, do sul da Bahia, começou na luta pela terra ainda adolescente, junto com a sua família, em um trabalho assessorado pela CPT; nesse processo, aproximou-se do sindicato local; posteriormente conheceu o trabalho de agricultura alternativa promovido por uma ONG na região e ajudou a formar um grupo de mulheres para produção ecológica dentro de seu assentamento (Dandara dos Palmares, em Camamu).

Izanete, do norte do Rio Grande do Sul, e Rosane, do oeste de Santa Catarina, ambas vindas de famílias de pequenos agricultores, começaram também na adolescência, em grupos de jovens da igreja, e dali foram para o movimento de mulheres agricultoras. Rosane, mais tarde, deixou o trabalho com mulheres para militar somente no movimento sindical, onde passou a ocupar cargos na direção estadual e nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e da CUT. Izanete, diferentemente, afastou-se do movimento sindical e aprofundou a sua ligação com o movimento de mulheres, vindo a ser uma das coordenadoras do MMC em seu estado.

2 A partir daqui as entrevistadas serão citadas pelo primeiro nome ou pelo apelido pelo qual são mais conhecidas e se apresentam publicamente.



Maria viveu na sua comunidade, no município de Picos, no sertão do Piauí, até os 14 anos, onde trabalhava em uma pequena parcela de terra com seus pais e seus sete irmãos: “Trabalhamos muito na roça; lá em casa todo mundo foi criado na enxada”. Saiu do Piauí para São Paulo, com 16 anos, para trabalhar como doméstica, e depois foi para a Paraíba, onde retomou os estudos, chegando a graduar-se em agronomia. Lá participou de movimentos de luta pela terra vinculados às propostas da Igreja popular e também da recriação do movimento ecológico dentro da universidade. Depois de formada, passou a colaborar na construção do MPA, do qual, em 2007, passou a ser coordenadora nacional.

Zulmira, filha de agricultores e extrativistas (sua mãe era quebradeira de coco), veio de Viana, na região da Baixada Maranhense, e também teve passagens pela cidade com a intenção de estudar. A partir da luta pela terra, aproximou-se dos sindicatos (chegou a ser da diretoria em seu município), mas optou por priorizar a participação no MIQCB.

Lourdes, como as demais, começou com grupos de igreja. Filha de meeiros do sertão de Pernambuco, com oito irmãos, trabalhou na terra desde pequena. Na adolescência, trabalhou como doméstica, em uma cidade vizinha, para poder concluir o ensino fundamental. Participava das Comunidades Eclesiais de Base desde os 10 anos. Conseguiu uma bolsa de estudos e foi para Recife estudar em um colégio de freiras em um bairro de classe média, onde frequentou o ensino médio; pretendia tornar-se religiosa: “Sonhava em ajudar os pobres, sendo que eu era uma pobre também”. Porém, por meio das freiras, em um período de férias, conheceu um trabalho de organização popular na periferia de Fortaleza, no Ceará, com o qual se identificou. Deixou então o colégio e foi trabalhar como agente pastoral no Ceará, com 19 anos. Conheceu o MST em 1994 e juntou-se ao movimento na perspectiva de engajar-se em uma luta que lhe permitisse voltar ao meio rural. Descobriu-se então uma “sem-terra”:

Quando vieram uns militantes do MST para as comunidades, eu me apaixonei pela forma como eles trabalhavam, de fazer esse res-

gate histórico da luta pela terra, de colocar essa coisa da exploração [de classe]. Eu me via, e via a minha família nessa história. [...] Eu via a minha mãe, que estava com mais de 60 anos e nunca conseguiu nada. Ela só conseguiu construir uma casinha, mais nada. Aí eu falei: eu vou me integrar com o grupo que for fazer a ocupação. As meninas [agentes pastorais, com quem ela morava] no primeiro momento disseram que não iam; eu tive que sair do grupo e virei “sem-terra” mesmo. Não tinha mais emprego, nada, vivi essa condição mesmo de arriscar tudo. Eu tinha uns 20 anos, mais ou menos. (Lourdes)

Neneide e Francisca Lourdes são de municípios próximos a Mossoró, Rio Grande do Norte. Oriundas de famílias de agricultores sem-terra, tiveram a sua iniciação na militância ao participar da luta pela terra na área onde posteriormente foram assentadas. Quando veio para o assentamento, Neneide não tinha ainda completado 20 anos. Já era casada (casou-se com 14 anos) e mãe do seu primeiro filho. Seu marido também provinha de uma família de agricultores sem-terra da região, que tinha se deslocado para a sede do município de Mossoró, em busca de alternativas de trabalho. O casal sobrevivia plantando em terras alheias, em regime de meação. Quando apareceu a oportunidade de participar da ocupação da terra, animados pela mãe de Neneide, optaram por deixar a cidade e tentar conseguir um lote, que foi obtido em nome dos dois. Quando se separaram, Neneide comprou a parte de seu marido e passou a ser a titular. Francisca Lourdes, pioneira no assentamento junto com a mãe de Neneide, também vinha de uma família de sem-terra.

Toda vida tive vontade de ter um pedacinho de terra meu, porque a gente sempre trabalhou de meeiro, e quando chegava o mês de setembro, mesmo que a gente ainda tivesse muita coisa para colher, jerimum, melancia, igual os patrões botavam o gado dentro.³ En-

3 Francisca Lourdes se refere ao fato de que os patrões (donos da terra) não esperavam os meeiros terminar a colheita, e deixavam o gado entrar

tão, quando surgiu isso aqui [o assentamento], eu disse para o meu marido: eu vou. [...] Sempre trabalhei no lote junto com ele, juntando garrancho, encoivarando. O meu esposo e o meu genro desmatando e brocando, eu e as minhas filhas encoivarando, para depois queimar. Sempre trabalhei na roça, direto. (Francisca Lourdes)

Dentro do assentamento, participaram da formação de um grupo de mulheres, apoiadas pelo sindicato de trabalhadores rurais e por ONGs de assessoria. Do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, pioneiro na produção ecológica no assentamento Mulunguzinho, passaram a participar de movimentos de economia solidária, articulações de agroecologia e movimentos de mulheres em níveis regional e nacional (como a Marcha Mundial de Mulheres, entre outros).

Zinalva, agricultora ribeirinha da região nordeste do Pará, foi a única entrevistada cuja primeira experiência de participação em um movimento social ocorreu na organização de uma entidade de cunho ambiental, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais (Apepa), em sua própria comunidade, no município de São Domingos do Capim. Zinalva nasceu e cresceu nessa comunidade. Mais velha em uma família de cinco irmãos, foi criada apenas pela mãe, pois seu pai saiu de casa quando ela era ainda criança. Conheceu aquele que veio a ser seu marido na própria comunidade, também filho de agricultores/extrativistas. Desde que se casaram, ela e o marido trabalham em uma

na área, causando prejuízos às famílias trabalhadoras. No pacto de meação, em geral, a área deve ser “limpa” pelos agricultores, que ali plantam produtos de subsistência; ao final da colheita, a área deve ser entregue ao patrão para que engorde o gado com os restos (a palha). Se os patrões não esperam que a colheita esteja terminada, a produção de grãos, que deveria servir para a alimentação ou venda pelas famílias, será consumida pelo gado (e não somente a palha). Os camponeses e as camponesas se sentem muito injustiçados quando isso acontece, mas são obrigados a aceitar essas condições porque não têm outra terra onde plantar.

terra cedida pelo avô deste, a partir de uma proposta de preservação ambiental.

Após enfrentarem problemas com a pesca predatória, buscaram o apoio de órgãos públicos estaduais e federais, e conseguiram o comprometimento de vários setores para disciplinar o uso dos recursos comuns; dessa luta, surgiu a Apepa. Zinalva tinha sido por treze anos professora na comunidade e já exercia alguma liderança na região. Três anos antes (de quando foi feita a entrevista) tinha ajudado a organizar um grupo produtivo de mulheres dentro da associação, que se dedica a vários trabalhos: alimentação alternativa, fabricação de composto orgânico, produção de mudas de árvores nativas e elaboração de artesanato (cestas e bijuterias, chamadas por elas de “biojoias”).

Carmen, “cabocla amazônica” (como ela se define), também vem de uma família de ribeirinhos do nordeste do Pará; seus pais não tinham terra própria (eram posseiros) e ela e os cinco irmãos trabalharam na terra desde pequenos.

A gente tinha uma vida muito dividida entre a necessidade de estudar, de ajudar na roça, e as meninas, e eu principalmente, porque era a mais velha, de ajudar em casa, nos afazeres de casa. Ajudar a minha mãe e cuidar dos menores. [...] Uma época eu estudava de manhã, voltava, comia, e ia pra roça. Às vezes pegava a canoa e ia buscar o papai e a mamãe de tarde. Voltava no final do dia. (Carmen)

Ela envolveu-se desde muito jovem com o movimento sindical dos trabalhadores rurais do seu município e construiu sua trajetória em entidades como a Fetagri, a Contag e a CUT, tornando-se uma liderança conhecida nacionalmente.

As duas assessoras ouvidas, Beth (do Rio de Janeiro, vivendo em Minas Gerais) e Inês (gaúcha com vivência como agricultora ecológica na região oeste do Paraná), foram das poucas que não iniciaram em grupos de igreja. Beth é de origem urbana e nunca morou no meio rural; Inês é filha de agricultores e viveu e trabalhou na propriedade com seus pais e seus dez irmãos até completar o en-

sino médio (trabalhou na roça desde os 6 anos). Em suas palavras: “Foi quando ganhei, tal como minhas irmãs quando tinham completado essa idade, a primeira enxada de meu pai; era uma espécie de rito de iniciação, com 6 anos a gente ganhava uma enxada para começar a ajudar”. Ambas iniciaram a militância política no movimento estudantil, nos centros acadêmicos e nos grupos ecológicos da universidade.

Trajetórias atravessadas pelas lutas das mulheres

A iniciação dessas lideranças nas lutas sociais se deu em um período em que já existiam diversas campanhas das mulheres rurais por ampliação dos seus espaços de representação e por maior visibilidade para as suas reivindicações, como foi comentado no capítulo anterior. No entanto, não foi essa a questão que levou a maioria delas a engajar-se em um movimento.

O que mobilizou Neneide, Francisca Lourdes e Zinalva foi fundamentalmente a necessidade de reivindicar melhorias para a sua comunidade, ainda que as duas primeiras, assentadas, estivessem também motivadas pelo fato de as mulheres serem excluídas das discussões das associações, como veremos a seguir. O que mobilizou Del, Lourdes, Maria e Zulmira foi o direito à terra e às condições de produção. No caso de Rosane, Efigênia e Carmen, foi a luta sindical pela ampliação dos direitos de homens e mulheres trabalhadores rurais. E Beth e Inês foram mobilizadas por questões mais abrangentes, relacionadas com injustiças sociais e com o questionamento ao modelo de desenvolvimento rural.

Ainda assim, pode-se dizer que o “clima” de conquista e ampliação dos direitos das mulheres influenciou a forma como várias delas se incorporaram em suas entidades de militância, como é possível depreender de suas histórias de vida.

Del vive no sul da Bahia, em uma área onde ocorreram muitos conflitos de terra nos últimos quarenta anos. Sua família participava dessa luta desde que ela era criança: seu pai e sua mãe iam às manifestações, participavam de comissões que negociavam com os órgãos públicos, organizavam a resistência nos próprios lotes contra os grileiros. Ela participou diretamente, já adulta, da ocupação da

terra que resultou no assentamento Dandara dos Palmares, onde reside. Desde as primeiras lutas, lembra-se da atuação de uma freira (irmã Augusta) que, além de apoiar a organização das ocupações, orientava os trabalhadores a buscarem os sindicatos e incentivava as mulheres a participar.

Havia um padre combativo que ficou sabendo desse conflito e chamou a Pastoral da Terra. Ele mobilizou uma freira que era da CPT; era uma italiana. Ela foi vestida de homem, com facão, chapéu, roupa de homem. Abaixou a cabeça e foi para o meio da gente, para fazer reunião, clandestina, só com os líderes, para montar uma estratégia, para mostrar que era perigoso; mas o pessoal aceitou, porque queria a terra. Ela nos indicou para procurar o sindicato. (Del)

Na década de 1980, quando Del, ainda muito jovem, se filiou ao sindicato, já havia uma campanha em prol da associação de mulheres, da qual ela fez parte.

Naquela época, se dizia que, se o homem fosse sindicalizado, a mulher já não precisava, porque o homem tinha os direitos. A mulher solteira, se fosse querer se sindicalizar, não podia. Teve uma que foi lá e [o presidente] disse que ela procurasse o sindicato das prostitutas; uma coisa muito triste. Eu fui sindicalizada já nesse período; casei em 1984, e em 1985 tive minha filha; em 1986 eu me sindicalizei (tinha 18 anos); em 1989 dei meu primeiro voto. Aí eu já estava na base sindical; meus documentos são todos dessa época. A gente já ia buscando também os nossos direitos. (Del)

Ela conta, rindo, que durante a primeira eleição sindical de que participou eram apenas sete as mulheres que podiam votar; elas foram levadas da sua comunidade ao local de votação dentro de um fusca, sete mulheres e cinco crianças, “na maior alegria” por estarem fazendo uma coisa diferente. Essa situação só mudou depois da retomada do sindicato das mãos dos “pelegos”, quando começaram a participar dos encontros só de mulheres:

Tinha os encontros de mulheres; a gente ia, mas não tinha clareza. A gente ia era na vontade mesmo, e via uma coisinha, e já trazia para as outras, e aí foi. Foi lutando para chegar no que é hoje, na clareza do gênero, da luta da mulher, do direito da mulher. [...] A irmã Augusta era uma mulher combativa mesmo, ela tinha umas músicas que buliam na realidade, ela dizia assim: “Eu quero, quero, quero ouvir a voz do povo; eu quero ver se você não se mexe, quero ver quem se mexe por você”. E ela começou a dizer que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens. [...] Quando a gente começou a retomada do sindicato, a gente começou a se identificar mesmo, que as mulheres tinham os mesmos direitos, os mesmos deveres, que poderiam estar participando. (Del)

Del chegou a fazer parte da diretoria do sindicato, assim como de comissões de mulheres do movimento sindical. Mais tarde aproximou-se da Pastoral da Criança e passou a fazer um trabalho voltado para o atendimento de crianças desnutridas. Desde então, sua preocupação com qualidade da alimentação foi uma constante. Quando, em 1995, conheceu o trabalho do Sasop, uma ONG que promovia a adoção de sistemas agroflorestais, todos esses temas se complementaram, e Del foi se tornando uma referência na região e nacionalmente, tanto no campo da agroecologia quanto no que se refere à participação das mulheres.

Quando Efigênia, de Minas, chegou ao sindicato (início dos anos 2000), já havia uma atuação da Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que vinha desde a década anterior, para que se ampliasse a participação das agricultoras no movimento sindical. Havia sido criado um Programa de Formação Sindical em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), no qual as vagas tinham que ser preenchidas de forma paritária entre homens e mulheres. Esse programa propunha a realização de ações práticas nos municípios, que iniciavam com diagnósticos participativos e iam até a elaboração de planos de desenvolvimento local, incluindo busca de recursos para financiamento de projetos. O CTA-ZM já vinha trabalhando na região desde o

final da década de 1980, sempre vinculado ao movimento sindical rural, na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e na discussão de políticas de apoio à agricultura familiar.

Em Acaiaca, particularmente, o processo foi realizado com uma preocupação de envolver as mulheres em todas as etapas do processo. Havia, por exemplo, capacitações específicas para que as mulheres se preparassem para participar dos fóruns mistos. Efigênia tinha sido a escolhida para representar seu município nesse programa, e foi assumindo cada vez mais a militância sindical. Em seguida foi indicada para ser candidata a presidente do sindicato pela Comissão Regional das Trabalhadoras Rurais, à qual permaneceu vinculada, coordenando também a comissão municipal. Sua entrada na militância social esteve marcada, portanto, desde o início, por propostas de intervenção voltadas para enfrentar as desigualdades de gênero, em uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Carmen entrou para o sindicato do seu município no final dos anos 1980, também como funcionária, para fazer as atas e cuidar da documentação da entidade; como era trabalhadora rural, interessou-se pela luta sindical e, logo em seguida (1989), entrou para a diretoria. Por circunstâncias não planejadas (saída de um dirigente para ser candidato às eleições municipais e doença de outro) em poucos meses se viu na contingência de assumir a presidência da entidade, com pouco mais de 20 anos. Naquela época, ela era a única mulher presidente de sindicato em seu estado (Pará). Logo percebeu que essa era uma situação insólita e procurou articular-se com os movimentos de mulheres que já existiam. “Eu não tinha na época nenhuma discussão sobre a questão de gênero.” Por meio dos jornais, folhetos, boletins, que “vinham de Brasília, da Comissão Nacional de Mulheres da CUT”, tomou conhecimento da existência desse debate. Em 1992, ajudou a criar uma associação de mulheres no seu município.

Dentro do movimento sindical, Carmen acompanhou a discussão sobre a formulação de um “modelo de desenvolvimento alternativo para o campo”, proposta pela Contag no início da década de 1990, onde pela primeira vez se discutia não só a questão tecnológica e ambiental, mas também a necessidade de reconhecer-se a

existência de diferentes sujeitos para esse projeto da agricultura: os jovens, as mulheres, os ribeirinhos, os extrativistas, e não apenas os “trabalhadores rurais” ou “agricultores familiares” de forma genérica. Posteriormente, seu trabalho no movimento sindical veio a ser identificado com esses temas, tendo ocupado cargos de coordenação em comissões de mulheres tanto em nível estadual (Fetagri) como nacional (Contag), até chegar à vice-presidência da CUT, representando os trabalhadores rurais e as mulheres.

Neneide e Francisca Lourdes, do assentamento Mulunguzinho, no Rio Grande do Norte, começaram participando de encontros de trabalhadoras rurais organizados pelos sindicatos em conjunto com o MMTR-NE, que, naquele período (início dos anos 1990), estavam promovendo campanhas de sensibilização dirigidas às agricultoras, centradas em questões de cidadania: maior participação nos movimentos, acesso à documentação, direitos sociais e previdenciários. Com o apoio do sindicato e de duas ONGs, a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC) e o Centro Feminista 8 de Março (CF-8), realizaram reuniões no assentamento em que elas moravam, com vistas a organizar as mulheres para participarem das decisões na comunidade.

No início a gente não tinha esse grupo, a gente era só “a mulher do posseiro”, “a esposa” de um dono de uma terra. A gente não era nem reconhecida no assentamento como pessoas, não digo nem como mulher. Não tinha direito a ir numa reunião, uma assembleia, a votar, a ser votada. [...] E a gente começou a dialogar com alguns vizinhos e a convencer os homens a votar na assembleia [para mudar o estatuto da associação] para poder a gente ter voto. E falava com marido, vizinho, irmão. E foi muita discussão. (Neneide)

É importante considerar que, na maioria dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, era comum as mulheres não participarem das associações, por não serem as titulares do lote. O cadastramento para candidatar-se ao lote era feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no nome do “chefe da família”, tradicionalmente o homem. A titulação conjunta entre os

homens e as mulheres, no caso de ser um casal, era opcional (passou a ser obrigatória após muita luta dos movimentos de mulheres, em 2003), o que significava que raramente acontecia, fosse por desconhecimento desse direito por parte das mulheres, fosse porque havia má vontade por parte dos órgãos públicos, que consideravam esse procedimento uma complicação desnecessária, já que teoricamente a lei assegurava direitos iguais a homens e mulheres. As solteiras tampouco eram contempladas com um lote, porque os critérios utilizados priorizavam quem tivesse família. Desta forma, na prática, as mulheres acabavam excluídas da posse da terra.

Nos assentamentos, elas se ressentiam por haver lutado pela terra em igualdade de condições com os homens (na ocupação da área, nos enfrentamentos com proprietários e com o Estado, vivendo as dificuldades de instalação), mas não lhes ser permitido decidir sobre questões produtivas, de infraestrutura ou comercialização, por serem consideradas, pelos órgãos públicos, como representadas pelos maridos. Casos semelhantes ao comentado por Neneide – dificuldades para conseguir um lote e impedimento à participação das mulheres nas associações de assentamentos – são relatados também por Lourdes em sua experiência no Ceará, assim como por Del, na Bahia. Del aponta para o fato de que as mulheres não conseguiam se cadastrar por falta de documentos civis; para ela, os maridos se utilizavam desse argumento (que tomavam emprestado do Incra) para que elas não pudessem usufruir dos poucos direitos que já tinham conquistado.

Nós tínhamos um grande problema na relação com o Incra, pois eles só viam o homem como cadastrado. Os homens respondiam por tudo no assentamento. No meu assentamento, por exemplo, nós éramos um grupo de mulheres, participávamos da produção, mas não podíamos ir nas assembleias. Eu ia, porque já era do setor de educação, e também porque, apesar de ser solteira, tinha conseguido me cadastrar; mas a maioria das mulheres não ia. Quando tinha reunião para discutir os projetos, eram os homens que iam, porque eles é que eram os “cadastrados”. [...] Uma das primeiras brigas que eu participei lá; é que éramos oito jovens, mulheres, e a gente queria se assentar, mas o pessoal do assentamento dizia que a

prioridade era para a família, e o Incra reforçava. Mas nós dizíamos: “Nós ficamos dois anos acampados, se a gente não tiver direito à terra, quem é que tem? Será que eu vou precisar casar para poder ter meus direitos?”. A gente fez uma briga com o Incra, e no assentamento Caucaia a gente conseguiu ter lote. (Lourdes)

As mulheres, a grande maioria das vezes, não têm os seus documentos, e na hora do cadastro, no Incra, elas acabam não sendo assentadas. Lá [em Dandara] só tem 11 mulheres assentadas, e foi uma luta. Quando a gente soube que iam cadastrar, corremos para Salvador para tirar [fazer] os documentos. Muitos homens diziam: “Você não vai, não”. Eles corriam e tiravam o documento antes dela, e colocavam o lote no nome deles. [...] Os homens dizem: “Mulher não precisa documento”. Mas para receber qualquer benefício, licença-maternidade, o que for, precisa de ter. A gente está fazendo uma campanha para isso. Porque a gente sente na pele. Elas não recebem o benefício a que têm direito, que foi conquistado pela nossa luta, por falta do conhecimento, de não ter um documento. Isso é muito triste. E o pior, ter que ver os esposos dizerem que ela não vai fazer isso, e ela se calar. Aí a gente vê a situação. No nosso município, é o único assentamento que tem essas 11 mulheres assentadas. Nos outros assentamentos, quando elas são as assentadas é porque não têm marido, são viúvas; porque se tiver marido, é ele. Nós, não, nós somos casadas e somos as donas do lote, aqui, somos eu e Jacinta. Temos esposo, temos filhos, mas nós é que somos a titular. (Del)

Voltando ao caso de Neneide e Francisca Lourdes, foi também depois de se organizarem em um grupo de mulheres que obtiveram o direito a se associarem e passaram a ser titulares dos lotes junto com os esposos. Posteriormente, reivindicaram em nome do Grupo de Mulheres uma área de terra para desenvolver um projeto produtivo de geração de renda para as mulheres. Assessoradas por entidades que promoviam a agricultura sustentável, optaram por um projeto de hortaliças orgânicas, e com o sucesso dessa experiência o grupo se projetou e foi convidado a participar de outros movimentos e organizações, em níveis regional e nacional.



A vivência das discriminações de gênero, raça e classe

A consciência da existência de desigualdades entre homens e mulheres é algo que, segundo essas lideranças, vem desde a infância. Izanete, por exemplo, afirma que foi exatamente essa questão que a levou para a militância em um movimento de mulheres. As demais mencionam uma consciência difusa, que, aos poucos, com a participação em experiências organizativas, foi tomando uma dimensão maior.

O que mais me levou para o movimento foi a questão da desigualdade entre os homens e as mulheres. Era uma indignação que já vinha de muito tempo, de olhar a desigualdade. Eu sempre tive isso, desde criança, de ver a minha mãe, o que ela enfrentou, o que ela passou, minhas tias, eu vi de perto, aquela filharada, tudo o que trabalhavam, eu ficava indignada de ver aquilo. Os homens parados, olhando, e elas trabalhando. Isso desde criança, a carga de trabalho, a divisão de trabalho, isso me marcou muito. (Izanete)

A minha percepção sobre a desigualdade que as mulheres viviam começou no meu entorno; desde criança, vi que, quando minhas irmãs casaram, tudo mudava, elas saíam de casa felizes, autônomas [...] e com o casamento, iam se apagando como pessoas, elas iam se tornando muito submissas. Eu pensava: eu não quero isso para mim. [...] o casamento para mim estava ligado à submissão, à perda da individualidade, à perda do amor-próprio; eu percebia isso. (Inês)

Eu sempre via que quem mais sofria eram as mulheres; porque elas foram educadas para serem a “segunda”; o “primeiro” é o homem. [...] Elas foram educadas assim, só o que entra na mente delas é que elas foram tiradas da costela do homem, por isso elas acham que têm que ser submissas ao homem. Elas acham que a mulher é depois do homem; se o homem está ali, então elas não podem estar ocupando aquele espaço. (Del)

Eu aprendi a ver os problemas das mulheres no movimento sindical, mas parece que aquilo já estava no sangue. Desde criança, tinha

umas situações lá em casa que eu achava ruins, eu comecei a perceber que isso já existia em mim. Quando eu ficava fazendo tudo, e meus irmãos querendo as coisas na mão, isso me incomodava. E a gente começa a perceber a situação de mulheres que fazem tudo e que parecem escravas da família. Aquilo começa a despertar na gente. (Efigênia)

Tendo ou não entrado nos movimentos motivadas ou influenciadas pela existência de “questões das mulheres”, todas se depararam, no decorrer da militância, com experiências de discriminação de gênero. Uma primeira constatação, motivo de estranhamento, foi a participação minoritária das mulheres agricultoras na maioria desses espaços, em particular nas direções; outra constatação foi a dificuldade em trazer mais mulheres para fazerem parte dos movimentos junto com elas.

Eu percebia que eram poucas mulheres no movimento. A participação das mulheres era assim: no momento do conflito, a mulher era a barreira, que era para eles [a polícia, os jagunços] não baterem, mulheres e crianças; mas era só. [...] Mulher não participava de sindicato, associação, nada. (Del)

Tinha um tempo que eram onze homens na coordenação [do movimento] e só eu de mulher. Foi muito doloroso. (Maria)

Tinha mulheres que não queriam ir às reuniões, achavam que era muito longe; depois você ia ver, não era isso; se elas fossem, o marido não ia gostar, ele questionava: “Por que você está se metendo? Fica em casa fazendo o seu serviço”. Depois você vai entender melhor; à primeira vista, parecia que ela não queria participar. (Inês)

Umas aceitavam, mas muitas não aceitavam [convite para uma reunião de mulheres no assentamento], teve umas que diziam: “Neguinha, olhe, eu não sou desocupada como tu, mulher; isso é coisa para mulher desocupada. Eu tenho tanto que fazer, além de trabalhar em casa ainda trabalho no campo, e aí eu vou ter tempo

de ficar conversando besteira? Isso aí não vai sair, nunca vem nada para a gente”. Eu dizia: mulher, com tudo isso, que seja besteira, mas é conversando que a gente pode chegar a um ponto melhor. A gente não tem nada aqui no assentamento, vamos ver o que a gente consegue. (Francisca Lourdes)

Inês e Beth, que iniciaram a militância no movimento estudantil, apesar de estarem em um ambiente mais favorável à participação das mulheres, também sentiram as discriminações na própria pele.

A primeira discriminação que eu senti foi com os colegas de curso da agronomia. Mas eu não ligava muito, porque eu já tinha me aproximado do grupo de agricultura alternativa e de apoio ao MST. [...] A gente ouvia piadinha, às vezes, de professor mesmo – que as mulheres só iam para agronomia para buscar marido; foi terrível. (Inês)

A agronomia era muito machista, o curso tinha sido feito para os homens, e isso se reproduzia no movimento estudantil. As mulheres, no movimento estudantil, claramente, nunca seriam tão importantes como os homens; isso me irritava, mas não tinha uma organização onde se discutisse isso. Não existia um movimento feminista entre as estudantes. A gente ficava indignada, comentava com as parceiras, mas as nossas estratégias para romper com aquilo eram individuais. No DCE, tinha reunião onde nós não éramos convidadas, então quando vinha para a reunião geral, eles já tinham discutido antes. A gente ficava muito puta com aquilo, e eu reclamava. (Beth)

Outra questão marcante na experiência universitária de Inês foi a postura com relação à casa de estudante. Ela tinha pouco apoio financeiro da família para manter-se na cidade, mas mesmo assim não se colocou inicialmente a possibilidade de buscar abrigo na casa, por conta do preconceito.

Eu não fui morar na casa de estudante, por causa do preconceito contra as mulheres, que era muito grande. As mulheres que iam morar ali eram consideradas putas. Eu passava lá no campus, em frente à casa, e ouvia muitas coisas depreciativas. Eu pensava: “Eu nunca vou morar num lugar desses”. (Inês)

Depois de envolver-se com o movimento estudantil, já casada com um colega de universidade e grávida de sua primeira filha, Inês acabou por ir morar lá. Participou então de movimentos em defesa da moradia estudantil, pois entendeu a sua importância para os estudantes sem recursos. Quando seu bebê nasceu, alguns estudantes tentaram expulsá-la da casa, argumentando que o choro incomodaria os colegas. Desencadeou-se então um movimento a favor da criação de creches na universidade, e, apesar de não ter sido vitorioso, ela e seu marido puderam continuar vivendo ali com a filha até terminarem o curso.

Inês veio a enfrentar outros tipos de preconceitos em sua trajetória profissional, particularmente por parte de outras mulheres. A primeira dessas experiências foi em um estágio de vivência em um assentamento, recém-graduada, no qual as assentadas não lhe davam abertura para conversar, isolando-a, porque achavam que ela, por ser considerada uma mulher “livre”, poderia envolver-se afetiva/sexualmente com os homens do assentamento; Inês sentia a discriminação, mas não entendia a razão; somente muito tempo depois a história foi esclarecida.

Eu fui a vítima, elas me prejudicaram, e fui discriminada por causa disso. E sem a chance de eu falar qualquer coisa, de dizer, “olha, eu vim aqui fazer um trabalho técnico”. Elas me excluíram. [...] Essa história serve para a gente ter uma ideia de como uma mulher, quando tem uma concepção machista e preconceituosa, pode ser também cruel. Isso me chamou muito a atenção, me doeu na alma. [...] Hoje em dia eu acharia muito natural, mas na época foi muito difícil. Eu não tinha base para entender a atitude delas, hoje eu tenho. Hoje não me importaria. (Inês)



Em outra ocasião, já trabalhando como agrônoma, ela percebeu que colegas de sua entidade duvidavam da sua capacidade de lidar com as lideranças dos movimentos sociais da região. Eles diziam que ela era “frágil”, e que não daria conta das disputas políticas existentes dentro das entidades de agricultores; só depois ela foi perceber que era uma referência ao fato de ser mulher.

Para Lourdes, a descoberta das questões das mulheres em um momento posterior de sua militância. Já acampada, ajudou a organizar a horta junto com outras mulheres; ao mesmo tempo, trabalhava na escola do acampamento, com crianças, jovens e adultos, cujo público majoritário era de mulheres.

Foi no acampamento que a gente começou a discutir a questão das mulheres. A base foi ali, na vivência. Eu nunca tinha discutido as questões das mulheres, mas quando você chega lá as condições são tão difíceis que a realidade meio que obriga você a se juntar, como mulheres, como jovens. [...] Depois, na escola, a gente já fazia um trabalho com as mulheres, porque a maior parte das educadoras eram mulheres, e o público [do projeto] EJA [Educação de Jovens e Adultos] também. A gente não tinha um setor de gênero, nada disso, mas a gente tinha o debate que tinha que organizar as mulheres. (Lourdes)

O engajamento pessoal

Várias lideranças relataram que uma das primeiras experiências pessoais de enfrentamento foi dentro das próprias famílias: a luta para poder estudar. Não era (e não é) uma questão específica das mulheres, mas de muitas crianças e jovens do meio rural. Com exceção de Beth, que é de origem urbana e veio de uma família de classe média, as demais enfrentaram muita dificuldade para estudar – por falta de condições econômicas das famílias, pela distância das escolas, por falta de priorização por parte dos pais –, e algumas só conseguiram concluir o ensino fundamental depois de terem criado os próprios filhos.

Lourdes conta que, com nove anos, não sabia ler nem escrever, mas tinha muita vontade de estudar. Sua mãe não queria deixar,

porque ela era importante como mão de obra na roça. Lourdes foi então atrás do pai, que não morava com a família, para conseguir os documentos necessários para se matricular. “Eu fiz isso com nove anos, eu já sabia o que queria.” Inês conta também que formou uma aliança com as irmãs para poderem enfrentar e entrar em acordo com os pais:

Como eu era a menor de casa, eu fui sempre a reboque das minhas irmãs, das conquistas delas. Eu me lembro de cenas de choro, quando elas tinham uns 14 anos, querendo ir para a aula. [...] Elas conseguiram barganhar com o pai e a mãe, estudar à noite e trabalhar de dia. Então elas trabalhavam o dia inteiro na lavoura e saíam às seis da tarde, a pé, andavam três quilômetros para estudar. E voltavam a pé, à noite, no escuro. Eu fui estudar à noite também para ser solidária a elas. (Inês)

Inês cursou todo o segundo grau nessas condições, trabalhando na roça e estudando à noite. Incentivada por uma professora e pessoalmente muito decidida a continuar os estudos – “eu sempre fui movida por isso, por uma vontade de elaborar em cima do que eu via, do que eu vivia” –, após terminar o ensino médio resolveu enfrentar o vestibular para entrar na universidade pública. Como não conseguiu se inscrever na primeira vez, por falta de documentos (ela não tinha a carteira de identidade), trabalhou durante um ano em um escritório para juntar dinheiro e tentar novamente no ano seguinte. A experiência de não ter podido estudar por falta da carteira de identidade, fruto do descaso com que a documentação das mulheres é tratada no meio rural (como já foi mencionado no caso de Del, da Bahia), foi muito chocante para ela: “Eu me sentia excluída, sem acesso a nada”. Durante o curso universitário, ela contou fundamentalmente com a solidariedade de sua mãe:

Lá em casa, ninguém dizia que não podia estudar; só diziam que não tinha dinheiro. Cada um que se virasse. Na verdade, não é que não tivesse dinheiro, só não era prioridade. Meu pai não queria me ajudar. Só quem me ajudou foi minha mãe, com a grana que

[ganhava quando] ela vendia o leite para o leiteiro; que ela tirava no muque, leite de quatro vacas, e me mandava. (Inês)

Mas, com relação à questão do acesso à escola, existe uma especificidade vivida pelas meninas do meio rural, que é a experiência de sair de casa muito cedo (algumas com 11 anos) para trabalhar como doméstica, “em troca do estudo”. Esse foi o caso não só de Lourdes, mas também de Maria, Rosane, Carmen, Zulmira, Izanete e, mais recentemente, de uma filha de Del. Para elas, esse período “em casas de família” foi, em geral, de muito sofrimento, apesar da ilusão de que, além de receberem salário, iriam gozar de maior liberdade do que na casa dos pais. A realidade, em geral, era de longas jornadas de trabalho, longe de casa, sentindo-se desprotegidas, sujeitas ao assédio sexual e praticamente sem receber salário ou com um salário muito baixo. Elas se referem a essa experiência como uma “escravidão”, um período de muitas humilhações. Em alguns casos, elas não aguentaram a carga de trabalho e abandonaram os estudos, só voltando à escola anos depois, estimuladas pela experiência de participação nos movimentos. Algumas conseguiram terminar o ensino médio, e três das agricultoras entrevistadas (Rosane, Maria e Efigênia) haviam concluído um curso superior.

Nessas trajetórias de afirmação pessoal e de engajamento nas lutas sociais, elas mesmas reconhecem a existência de características próprias em cada uma – rasgos de rebeldia, de inconformismos em relação a situações vivenciadas como injustas com relação às pessoas em geral, à classe, à raça e às mulheres em particular – que as faziam “não ficarem caladas”.

Comecei minha militância na Pastoral da Juventude com 15 anos, na igreja e também no Movimento de Mulheres Agricultoras. [...] Eu nunca tive esse estereótipo de mulher submissa, e isso dava problemas com a família, em casa, em todo lugar. (Rosane)

Eu já tinha essa coisa desde antes, por ser mulher, por ser pobre, por ter a pele mais escura, tudo isso eu sentia. Não foi o grupo que me trouxe isso, eu já tinha. Eu fui pedir emprego em Sananduva,

porque eu queria deixar de ser empregada doméstica. Andei por toda parte, pedindo emprego. E a primeira coisa que me perguntavam era: “Filha de quem você é?” [...] Isso doía muito em mim. Quem vale é o meu pai, não eu. Eu não valho nada, não sou ninguém. Isso era muito duro, e eu me revoltava. (Izanete)

Há mais de vinte anos comecei a participar de movimentos sociais; eu já devo ter nascido revoltada com algumas questões, e a questão de ser mulher é muito decisiva. Eu sempre fui líder da classe, nas escolas; depois disso, fui sempre buscar um público com quem me relacionasse e que tivesse os mesmos objetivos que eu. Eu fiz isso na escola, defendendo os nossos movimentos, as injustiças que existiam, transferências, aprovação, ia para direção, para as delegacias de ensino, protestar, brigar. Aonde eu ia, era uma pimentinha, sempre incomodando. Eu tinha uns 14, 15 anos. (Zulmira)

Zulmira conta ainda que quando trabalhou na capital do estado como doméstica teve que brigar com os patrões para que eles cumprissem o acordo de deixá-la estudar; nesse episódio, não lutou só por sua situação, mas também em favor de outra menina que morava na casa com ela e que sofria violências e maus-tratos por parte dos patrões: “Quando eu saí dessa casa, eu já levei a menina junto e voltei para o interior, e então comecei a participar do movimento eclesial de base”.

Lourdes também comenta episódios em que se deu conta das injustiças referentes à sua condição de classe; e, embora às vezes não reagisse a essas situações, isso não significava que se conformasse:

Quando eu era estudante, na 6ª série, surgiu um concurso do Banco do Brasil no meu município. Eu tinha 13 anos, fiz o concurso e passei em primeiro lugar; eu era muito estudiosa. Mas o banco chamou uma menina que era sobrinha do prefeito. Queriam que eu reclamasse, mas na época eu não fiz questão nenhuma, porque na verdade eu não queria trabalhar no banco. No interior, pobre nem entra no banco, quanto mais para trabalhar. Então foi um preconceito mais por ser pobre do que por ser mulher, e eu era muito

pobre, embora fosse também muito inteligente. Mas eu sempre ia a lugares que não eram “o meu lugar”. O pessoal fazia chacota porque eu ia a festas, ia para o grupo de vôlei, muito peituda, porque não era a minha classe social. Eu ia com roupa rasgada, eu não tinha chinelo. Com meus amigos da infância, eu sofri muito, porque eu era a “filha de Maria de Rosa” (que era o nome da minha mãe); isso queria dizer “quem não tem nada na vida”. (Lourdes)

Em sua adolescência, no internato com as freiras, a consciência das diferenças de classe foi ficando mais clara, assim como a decisão de não querer suportar calada:

No convento eu senti mais isso, as moças eram ricas, e há um tratamento diferenciado no tipo de trabalho. Se você é negra, você vai para cozinha; se você é pobre, você vai varrer o chão, mas se você é de classe média, você organiza os livros. Ali na congregação eu senti muito fortemente essa diferença. E eu reclamava, eu me dava conta. Às vezes eu era chamada no gabinete da diretoria porque eu me recusava a fazer determinada tarefa. Eu dizia: “Se fulana não faz, por que eu tenho a obrigação de fazer?”. É uma hierarquia muito grande. Eu toda vida fui muito independente, eu não obedecia, eu questionava. Uma vez elas diferenciaram o tipo de comida para nós, para o grupo que era mais pobre. Eu fiz o maior rebu no colégio, acho que foi a maior briga que eu já peguei na minha vida. Eu me recusei a comer uma sopa, vieram todas as irmãs. A irmã superiora me chamou no gabinete, para eu me explicar. Eu disse: “Não, não admito não. Eu sou pobre, mas eu tenho consciência do meu papel”. Dessa briga resultou uma geladeira, onde a gente podia guardar frutas, porque até então a gente não tinha nem lugar para guardar as coisas. Então toda a minha trajetória de vida foi marcada por isso, mas muito mais de pobreza, de diferença de classe. (Lourdes)

Elas fazem referência a uma pessoa, ou a uma situação, que lhes serviu de inspiração para serem aguerridas, combativas (no caso de Del, irmã Augusta; assim como sua mãe, que enfrentava os ja-

gunços à bala junto com seu pai). Em alguns casos, foi justamente a própria mãe ou outras mulheres “fortes” da família; em outros, um contexto particular que as levou, desde muito cedo, a terem que tomar decisões de forma autônoma.

A minha mãe era uma mulher muito forte, protagonista. Apesar de aparecer lá em casa o pai como sendo o chefe, a minha mãe é que conduzia todo o processo de trabalho, orientava os filhos, todos os dias, quem ia fazer o quê, era ela quem dizia. Mas quem aparecia para a sociedade era o meu pai. Mesmo assim, foi natural para mim não me achar inferior a homem nenhum na minha vida, porque desde que eu nasci sempre a vi sendo uma mulher muito forte [...] Isso ficou muito claro para nós depois que ela morreu: a propriedade desabou. Era ela quem organizava tudo. [...] Depois, quando eu entrei para o grupo de agricultura ecológica na universidade, tinha uma mulher que para mim é uma imagem de mulher forte, determinada, a Alemoa, que está na Unijuí; em um meio tão machista como é a agronomia e a veterinária, ela me ajudou a ter uma visão muito positiva das coisas. Ela, a Suzana e a Vera [outras estudantes de agronomia que faziam parte do grupo ecológico] também são pessoas importantes. Eu sempre tive na minha vida mulheres positivas, nesse sentido. A gente não tinha muito essa discussão teórica da igualdade [de homens e mulheres], mas a gente era muito proativa, tinha uma vivência; era natural a ideia de que a gente não era inferior a eles. Nem se concebia isso na cabeça da gente. Depois fui ver que não era bem assim, fui ter contato com essa questão mais cruel, das mulheres, em outras instâncias. (Inês)

A força era uma coisa de família, de você ter que se superar. Eu vivi muita pobreza, na minha infância, era só minha mãe, para criar nove filhos, ela sempre ensinou que a gente, para poder sobreviver, tinha que fazer tudo. [...] Minha mãe sempre dizia: onde quer que você esteja, você tem que zelar por aquilo que você é, para você ser respeitada, para conquistar o seu espaço. Ela era analfabeta, do ponto de vista da escrita, mas nos ensinava isso. (Lourdes)

Mãe sempre foi uma liderança. [...] Ela quis ter uma terra para plantar, produzir. Essa terra aqui era divisa de um latifundiário, com muita terra, e mãe, junto com outros cinco agricultores, incluindo meu padrasto, começou a ocupar. Eles trabalhavam em uma terra ao lado da cerca e viram que aqui estava abandonado e começaram a brocar, a limpar e fizeram um barraco. Vieram o dono e os empregados e disseram que iam chamar a polícia, e que ela, por ser mulher, não deveria estar ali na frente. Ela respondia: “Cadeia foi feita para homem e para mulher, e eu não tenho medo de ser presa”. (Neneide)

Na minha família, as coisas eram muito trocadas: as mulheres não eram submissas, dessas que os maridos decidem as coisas. Eram mulheres fortes; minhas tias trabalhavam, todas eram muito diferentes, muito donas do seu nariz. Eu não percebia muito o mundo lá fora. Lembro de um caso de violência com uma amiga da minha mãe; o marido bateu nela, e ela saiu de casa, numa situação difícil, porque era só dona de casa, dependia dele. Eu só comecei a ter a noção de que nem todas as mulheres viviam como na minha família através dessa amiga da minha mãe. Mas eu achava que isso era um caso isolado, não relacionava isso com a sociedade. (Beth)

Nós fomos criados numa comunidade com vínculos afetivos, religiosos, culturais muito fortes. [...] Tinha um padre lá, padre Cândido, que atuou na Paróquia de Jaicós, que era uma comunidade indígena que foi completamente destruída, e ele era da Teologia da Libertação. Ele despertou em nós a necessidade de buscar os direitos, de buscar resolver os problemas da comunidade, de se importar com os outros. Nós participamos de grupos de jovens, de crisma, primeira comunhão, tudo isso era muito ativo. A minha mãe era uma autoridade lá, com muita participação na comunidade. Meu pai era o sanfoneiro, e, depois que ele parou, meus irmãos assumiram o posto; sempre fomos muito participativos. (Maria)

Como eu fui criada parte da minha vida sem o meu pai, só com a minha mãe, eu sempre fui assim: eu sempre pesquei, eu pilotava

barco, coisas que eu tinha aprendido com meu pai. Quando eu ia a Igarapé-Mirim com ele de barco, o meu pai vinha pilotando, mas eu vinha batendo bomba, tirando água. Isso era serviço de menino, mas como eu era a mais velha, eu que fazia. Eu pilotava o barco também. E depois que ele foi embora eu passei a fazer isso sozinha. Isso há 30 anos, era uma loucura, as pessoas me verem no rio, pescando. (Zinalva)

Muitas vezes o desconforto individual em relação a uma situação vivida como injusta nem sempre é entendido como parte de questões mais gerais, que dizem respeito às formas de organização da sociedade. Essa passagem do individual para o geral quase sempre foi mediada pela participação em um coletivo, um grupo, onde os problemas começaram a ser vistos de outra perspectiva.

Eu fui perceber quando vim para o sindicato, mesmo na condição de ajudante. Eu me perguntava por que não tinha outras mulheres ali. E eu via valorosas mulheres, fortes, envolvidas com a discussão, com as mobilizações [...] mas não tinha mulher na direção. [...] Foi muito importante participar da discussão com as mulheres, na associação, para eu entender isso. (Carmen)

Depois você participa de espaços onde isso vai ficando mais evidente, desperta mais ainda. Aí você vê: “Nossa, é isso mesmo!”. As coisas ficam mais claras. Eu percebo isso, mas já estava em mim. Porque isso [a desigualdade entre os homens e as mulheres] já me incomodava. Então já era um passo. Mas se eu continuasse sem participar, talvez eu não fosse despertar para uma luta maior. Eu ia ficar assim: isso me incomoda, mas o que eu posso fazer? E a partir do momento em que você começa a participar, vai somando, vai compartilhando, e vai ficando igual àquela música: “De repente, minha vista clareou”. (Efigênia)

Para Beth, agrônoma com vivência nas cidades, a descoberta da dimensão das desigualdades de gênero no meio rural se deu por meio de uma pesquisa social – uma etnografia sobre agricultores

familiares na região de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso – realizada pela entidade na qual trabalhava; posteriormente, com a sua participação em capacitações e cursos sobre o tema, reforçou-se a convicção de que essa questão seria central na sua vida profissional.

A pesquisa me impressionou demais, pelo sofrimento daquelas mulheres, pela falta de autonomia que elas tinham. [...] E o pior é que algumas eram casadas com as lideranças com quem a gente trabalhava! Uma delas me falou que odiava o marido, que rezava todos os dias para que ele morresse. Era uma realidade dura, e eu, pela primeira vez, estava me deparando com isso. Aquilo era forte demais. O que me ganhou [para a causa das mulheres] foi essa pesquisa, porque até então gênero para mim era uma coisa de estudo, da academia. Eu não tinha me deparado, até então, com diferenças tão gritantes entre homens e mulheres. [...]. Fui fazer capacitações, cursos. A partir de então, gênero passou a ser incorporado ao meu trabalho. (Beth)

Inês foi percebendo a discriminação e o preconceito aos poucos, no decorrer da sua vida profissional como agrônoma, prestando assistência técnica e acompanhando trabalhos educativos com agricultores familiares em entidades que promoviam a agricultura ecológica. “Eu comecei a me dar conta de que as relações que se estabelecem são desiguais, e até violentas.” Por ter uma visão de agricultura familiar muito marcada por sua vivência como filha de agricultores, em que a mãe e as tarefas que esta fazia tinham um papel fundamental para a propriedade, ela não conseguia conceber uma agricultura ecológica em que as mulheres não participassem ativamente.

Eu tinha como referência a minha mãe; eu via o que ela fazia lá em casa. Se a gente parar para pensar, era ela quem fazia todos os trabalhos de sementes, miudezas, ervas, etc. Então, eu tinha isso como um exemplo positivo, eu sabia do que as mulheres eram capazes. Para mim era natural, e eu queria que elas participassem. (Inês)

No entanto, não era isso que Inês via. Os colegas agrônomos trabalhavam com os homens nas propriedades, e pareciam não enxergar ou não dar importância para a participação ou para o conhecimento das mulheres. Todas as vezes que ela tentava mudar essa situação, sofria reações tanto dos colegas como dos próprios agricultores.

Uma das estratégias que eu usava era fazer com que elas fossem junto nas caminhadas na propriedade, quando a gente ia verificar as coisas no terreno mesmo: as plantas de adubação verde, como fazer a transição ecológica, o que poderia ser usado para alimentação, etc. Tudo isso se discutia nessas caminhadas. Então, eu convidava: “Fulana, vamos com a gente, nós não vamos demorar”. E, se elas não queriam ir porque tinham que terminar o almoço, por exemplo, eu falava: “Pode deixar, depois a gente ajuda; fazemos as coisas juntas”. [...] E na caminhada eu também mobilizava elas nas conversas. Perguntava o que achavam. Os caras ficavam me olhando assustados, como se dissessem “sou eu quem mando aqui, por que está perguntando para ela?” E eu deixava que isso acontecesse, porque eu via como era importante que elas participassem, o ânimo que isso dava para elas, como as famílias se envolviam, como mudavam as coisas se elas estivessem junto. [...] Os outros técnicos não tinham essa sensibilidade, a consciência dessa questão. No máximo, tinham sensibilidade para chamar as mulheres junto, na lógica de que ela também precisava participar, quase como uma obrigação, mas não como sujeitos, não porque entendessem que realmente ela possuía o direito de estar ali. Quando eu estava numa reunião, e elas também estavam, e eu sabia que elas detinham uma determinada informação, eu fazia com que elas falassem; eu pedia para elas contarem como era, o que elas sabiam sobre aquilo. Em geral, elas eram ignoradas; não se perguntava o que elas estavam pensando. Passava-se por cima delas. (Inês)

Inês identifica dois fatores que ajudaram para que essa situação passasse a ser reconhecida como um problema: a atuação de algumas lideranças femininas, particularmente do movimento

sindical, que passaram a reclamar por mais espaços de participação, e a pressão de agências financiadoras, que exigiam que os projetos financiados tivessem uma perspectiva de gênero. Esses dois movimentos ajudaram a abrir oportunidades para que um trabalho mais efetivo de reconhecimento das mulheres como sujeitos tivesse início. Mas ela admite que, naquela situação, foi a sua percepção, como mulher, que permitiu que esse espaço fosse ocupado.

Hoje tem algumas pessoas que já têm essa visão, mas são muito poucos os homens. Eu tive essa facilidade por ser mulher e poder trazer elas para as discussões; mas também porque tive essa sensibilidade de ver que, muitas vezes, elas não participavam das atividades não porque não quisessem, mas porque não tinham tempo mesmo: precisavam levar as crianças para a escola, fazer comida para o marido, lavar a louça, a roupa, arrumar as coisas, trabalhar na propriedade. Elas estavam se matando de trabalhar. Se a gente não criasse condições especiais – horários, locais –, elas continuariam excluídas. (Inês)

Independentemente dos motivos que as atraíram e que as levaram a realizar a travessia “de casa para a rua”, foi um processo vivido por elas como sendo de muitas descobertas e transformações, de conhecimento de um mundo novo “lá fora”. Muitas agricultoras se referem a um momento determinado de enfrentamento, uma situação específica que as marcou pessoalmente, a partir da qual sentiram que o seu caminho de militância estava traçado. Elas descrevem tais situações como parte do seu processo de autoafirmação como indivíduo, um indivíduo que se identifica com um coletivo e que participa de um processo de transformação social.

Quando eu voltei para a minha comunidade, a gente se deparou com um conflito de terra bem grande. Eu tinha uns 19 anos. Começamos a enfrentar o cidadão que dizia que era dono das terras. Era uma terra chamada de “terra de índios”; os índios saíram e deixaram para as pessoas que moravam lá, que eram negros. Aí eu fui conhecer o movimento sindical. Eu já tinha participado do mo-

vimento das quebradeiras. Se identificar como quebradeira de coco era uma coisa difícil para todo mundo; eu também quebrava coco, mas não me assumia. A própria identidade das pessoas é complicada, a gente tinha muita vergonha de ser trabalhadora rural, que dirá ser quebradeira de coco. Aí eu fui começar a participar dos dois movimentos. Participei desse movimento de resistência ao grileiro, enquanto CEB [Comunidade Eclesial de Base], e o sindicato foi lá ajudar a defender as propostas da gente. Depois, em 1991, fui ao primeiro encontro regional de quebradeiras, e nunca mais eu deixei. (Zulmira)

Em 1999, a terra aqui foi ocupada. Aí eu disse: eu vou para lá. Meus meninos estavam estudando; meu marido não queria vir; ele dizia que não ia dar certo [...]; eu disse: “Se você quiser vir, vam’bora; se você quiser ficar, fique que eu vou”. [Risos.] E no dia de vir, ele veio na estrada. Passou um dia aqui, e ele disse que ia voltar, eu disse a ele que eu não voltava. Ele também ficou. Depois disso, nada mais me segurou. (Del)

Lá na Paraíba, tinha um pessoal da Igreja muito ativo, e em seguida resolvemos fazer a primeira ocupação do MST na região. Sofremos represálias muito grandes, os fazendeiros do entorno pagaram capangas para expulsar os acampados; fomos alvejados várias vezes por rajadas de bala. Alguns companheiros foram perseguidos dentro da universidade. Nós não éramos orgânicos do MST, mas nos sentíamos parte. Íamos para ocupação juntos, íamos para a delegacia. Companheiros tiveram que fugir, mesmo estando um pouco protegidos pela universidade. Daí cada vez mais eu me envolvi com o movimento popular. (Maria)

Eu fui para uma mobilização, quando o Leandro [filho menor] era pequenininho. Era a quarta assembleia do movimento [MMC]; nós ficamos uma semana debaixo da lona, em São Leopoldo. Ele nem caminhava; começou a caminhar lá. De lá, nós fomos para Porto Alegre e ocupamos a Secretaria de Saúde. Era um prédio de uns dez andares, com ar-condicionado. Eles cortaram a luz, nós

quase morremos de calor. Foi muito importante, mexeu muito comigo. Foi sofrido, ele era pequenininho, mas eu fui. Era no governo FHC. A gente estava brigando por um projeto para trabalhar direto com os grupos de mulheres [...] Aquela luta mexeu muito comigo. Eu nunca tinha participado de uma coisa mais forte, de uma ocupação, de ter que ter estratégia. Me senti vitoriosa! A gente foi lá e fez, enganamos eles, apesar de ser mulher, agricultoras, do interior. A gente bolou um plano e deu certo, isso mexe muito com a gente. (Izanete)

As barreiras enfrentadas por serem mulheres

A própria participação em uma organização ou movimento social também exige muita determinação. Para além das dificuldades enfrentadas normalmente por todos, homens e mulheres do meio rural (distâncias, falta de meios de transporte e de recursos financeiros, situações de conflito e violência, deslegitimação por ser agricultor, por não ter “estudado”), havia outras ordens de obstáculos, específicas da condição feminina: a oposição de familiares e vizinhos, a falta de apoio para ausentar-se de casa, o descrédito sobre a sua capacidade, por serem mulheres. Em particular, nas próprias entidades dos trabalhadores, são muitas as histórias de desvalorização em relação à sua participação.

A primeira oposição foi da família. Quando eu comecei a me envolver com a Pastoral, ainda jovem, o pessoal lá em casa só aceitava porque era coisa de igreja; [...] mas minha avó não aceitava, porque as reuniões terminavam no início da noite, e ela achava feio. Aí eu cobrava a contradição dela: trabalhar e estudar, isso não era proibido – naquela época eu trabalhava de dia e estudava de noite. O problema era eu ficar na rua fazendo o que eu queria, aí era perigoso. (Izanete)

A gente leva muita crítica. Principalmente se você é o único da família que tem essas ideias. O povo fala que você sai muito. [...] Outros falam assim: mulher já tem tanto direito, não sei o que mais discutem. A gente não deixa de ouvir esse tipo de coisa. Já escutei

muito isso. Mas é só você falar com as mulheres para você ver que ainda tem muita coisa que mudar. (Efigênia)

[Nas Comunidades Eclesiais de Base] também não foi fácil. A igreja também é um espaço conservador. Lá mulher não podia ser nada, só podia participar. Eu passei um tempão discutindo isso; por que as mulheres não podem, e só os homens podem? Não era fácil, nem no sindicato. Éramos eu e outra companheira. A gente escutava cada coisa. Uma vez um companheiro do sindicato chegou a colocar uma arma em cima da mesa, quando não tinha mais argumento. Eu então botei a mão em cima da arma e disse a ele para nunca mais fazer isso. Era uma violência contra a gente. E os outros que estavam na reunião nem perceberam. [...] Isso são desafios que se enfrenta dentro do movimento. Lá no nosso sindicato, chegamos a ter 50% de mulher, mas era muito raro isso. (Zulmira)

Quando eu fui para a direção da CUT, eu senti muita dificuldade. [...] Às vezes eu achava que era porque eu era mulher, porque o movimento sindical é muito machista. Eu me apoiava no pessoal da Festrufesc [Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina], e também em outras mulheres: a Libra, que era presidente do sindicato de Chapecó, e a Carmen, do sindicato de Quilombo. [...] A gente conversava muito sobre isso, sobre ser mulher no movimento sindical, e também sobre ser rural. Também tinha um preconceito contra trabalhador rural. (Rosane)

Quando eu comecei [a viajar para participar de reuniões e manifestações], escutei até me chamar de mulher da rua. Teve homem que me chamou assim porque eu ia participar desses atos. Antes não era comum [mulheres participarem]. Hoje é normal. Hoje é o que nós devemos fazer. É botar o pé na estrada mesmo e lutar pelos nossos direitos. Porque se a gente parar, se acomodar, não chega a nada, não. (Francisca Lourdes)

Algumas afirmam que, enquanto se comportavam “como homens”, as discriminações eram menores; mas quando, em vez de tentar aceitar os padrões de participação teoricamente neutros es-

tabelecidos (dedicação total ao movimento, sem se preocupar com a vida familiar, “objetividade”, “clareza política”, etc.), passaram a reivindicar condições especiais para as mulheres dentro dos movimentos, aumentaram as pressões contrárias, que se manifestavam na forma de chacotas ou na pouca importância dada aos assuntos propostos para a discussão.

A gente vai percebendo que [...] para poder ficar nos espaços tem que se masculinizar, em função do meio, do todo, ser masculino, para poder conquistar o espaço. São relações muito difíceis e muito dolorosas, porque muitos companheiros [...] têm muita dificuldade. Porque os companheiros, eles não percebem; se naturalizam as relações machistas na sociedade, e eles não percebem. [...] Antes de eu vir para o espaço da coordenação e da direção, ouvi algumas companheiras dizerem que haveria momentos que eu teria que entrar no quarto e chorar, para não ter que fazer isso na frente dos companheiros. E de fato isso aconteceu com todas as mulheres que tiveram que assumir posições de liderança, que tiveram que cavar os seus espaços de poder nas organizações. (Maria)

Eu não queria ser vista como mulher, eu não queria ter problema de assédio, então eu me vestia como homem – me sumi como corpo: era bota, chapéu, calça jeans, camiseta, igual a eles. E ia para Beltrão assim, caminhando firme, batendo os pés, bem “macho”. [...] Eu me travesti. (Inês)

Vivi isso de escutar coisas horríveis, de humilhação. Quando eu fiquei grávida, parecia que eu estava doente, incapaz, me tratavam assim. Eles tinham filhos pequenos, meus colegas de direção do sindicato, mas me cobravam: “Por que você resolveu ficar grávida agora?”. Eles não abriram mão de nada e queriam que eu abrisse mão. Eles tinham as mulheres que cuidavam dos filhos para eles. Fui chamada de irresponsável. [...] Quando eu chegava tarde porque tinha filho doente, eles me olhavam com cara feia. Mas eu nunca deixei, eu respondia à altura. Nunca me senti errada por estar nesses lugares. Tenho absoluta consciência de como era difícil,

mas nunca quis sair disso. E lutei para mudar as regras desse espaço, que não era amigável para receber as mulheres. (Carmen)

Em reuniões de diretoria, muitas vezes percebi reações machistas. Demorei para me dar conta. No início, eu achava que era só o preconceito de classe, pois os agricultores mais abastados achavam que os mais pobres não deveriam estar na diretoria do sindicato. Mas, depois, eu vi também que eles não me respeitavam porque eu era mulher e jovem. Então, eram vários preconceitos. Eles chamavam a gente “as meninas do sindicato”, como uma forma de desprezar. (Efigênia)

Os homens, nos movimentos, se incomodam com isso; soltam piada, dizem que a gente quer inverter os papéis. Isso acontece em todos os espaços, até com os homens que a gente diz que são parceiros. Eles têm medo da liberdade que a gente possa ter. É muito impressionante como eles colocam isso: se eles veem uma mulher falando, dizem que a gente quer ser mais do que eles. Eles dizem “Vocês estão tomando o nosso espaço”, como se o espaço fosse todo deles, como se a gente não tivesse direito a um espaço nosso. Eles não podem nem pensar, por exemplo, as mulheres “deles” [suas esposas] num espaço como esse. (Neneide)

A forma de discriminar pode ser muito sutil, como algumas delas comentam, e muitas vezes é reforçada pela omissão das instituições de apoio:

Quando eu vim para a secretaria nacional, o movimento já tinha tido dois coordenadores homens; então estava no momento de vir uma companheira. Isso pesou bastante. Mas claro que eu também tinha um acúmulo, era importante que viesse alguém preparado. É verdade que essa questão – “estar preparado” – muitas vezes se torna uma falácia, uma desculpa para excluir alguém. Quase nunca se faz esse debate quando é um homem; é um critério só para as mulheres. Agora, a gente não sente discriminação só dos homens, não. Tem também da “mulherada”, em função da raça, da etnia, da região de onde você vem. (Maria)

O espaço das mulheres dentro dos movimentos mistos é muito pequeno. Há mulheres que estão ali e estão lutando, construindo esses espaços, mas ainda é muito masculino. As mulheres têm muita dificuldade de serem respeitadas. Hoje em dia todo mundo “tem que ter mulher”, então eles estão se esforçando para que haja mais mulheres. Mas é só para fazer número; eles não deixam que as pessoas se destaquem, que cresçam. (Izanete)

No MST também tinha diferença com relação às lideranças mulheres. Não era só comigo. Era aquele tipo de coisa: se tinha uma viagem, iam os homens. A prioridade era sempre os homens. Eu mesma sempre tive a minha trajetória reconhecida lá dentro, mas para as outras mulheres era um tipo de exclusão. (Lourdes)

No trabalho comunitário, por exemplo. Tem muitas mulheres que participam dos grupos, mas quando chega a hora de ir para uma capacitação, o marido diz: “Você vai? E eu vou ter que cuidar dos filhos?”. Para ele, o padrão é esse: a mulher ficar dentro de casa e só ele pode sair. E muitas vezes os técnicos das entidades também reforçam isso, eles não se importam se as mulheres ficam de fora. (Zinalva)

Hoje em dia há uma sutileza maior, na forma como eles nos excluem. Eles viraram uns diplomatas! Quando eu comecei, era na caradura mesmo. [...] Por exemplo, na discussão da Marcha das Margaridas, eles vêm com muitos argumentos: de que as mulheres já avançaram muito, não precisam fazer uma marcha tão grande, tão difícil de organizar, que custa dinheiro. No campo institucional, é verdade que nós avançamos muito, desde a Constituição até as leis que garantem a cidadania; porém, a vida real está aí. E as mulheres não vivem em situação de igualdade. (Carmen)

A importância das instituições de apoio

Nas discussões realizadas com técnicos e técnicas de ONGs que acompanham a trajetória de algumas dessas mulheres, foram citados vários casos em que uma postura mais aberta da assessoria,

no sentido de promover a participação qualificada das mulheres, foi fundamental para que essas e outras lideranças pudessem alcançar o reconhecimento que têm hoje. Muitas vezes, essas instituições tiveram que promover mudanças nas suas formas de atuar, por pressão dos movimentos de mulheres.

O trabalho do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), na Bahia, por exemplo, sofreu uma inflexão muito grande após a realização do diagnóstico sobre gênero e segurança alimentar, em 2002. Esse diagnóstico permitiu que se avaliasse que essas duas questões estavam relacionadas e que, até então, não haviam sido enfrentadas pela organização. De fato, a promoção dos sistemas agroflorestais estava restrita à chamada “roça comercial” das propriedades (cacau, café, guaraná, entre outros produtos) e não se ocupava da mudança nas condições de produção do conjunto da unidade (lavouras brancas, hortas, pomares, pequenos animais). Esse foco reduzido implicava necessariamente a exclusão das mulheres das discussões, porque, entre outras questões, elas não eram as responsáveis por esse trabalho dentro da família.

Antes a gente fazia reuniões, e era só a “macharada”, só homens; a gente nem achava isso estranho, achava normal. Só bem depois é que a gente começou a se incomodar. A gente ficava esperando que as mulheres participassem e achava que elas não vinham porque não queriam. Mas nós não dávamos oportunidade a elas; a oportunidade de formação estava concentrada nos homens. Quando muda o sentido da ação, elas têm mais espaço; e elas conseguem também se formar, sair da comunidade, se empoderarem. (Luciano, técnico do Sasop)

Na verdade, os técnicos não chegam na comunidade dizendo que só vão trabalhar com homens; mas se esses produtos já estão apropriados pelos homens, é o mesmo que dizer. Se há uma reunião, só os homens é que vão. E quem administra os recursos da venda desses produtos são eles. As mulheres então não têm interesse em participar dessas discussões, porque sabem que não vão ganhar nada com isso. [...] Tem ações com que a mulher se identifica. Aí ela

tem mais vivência e apropriação, ela se sente valorizada e quer participar. Quintais, criação de pequenos animais: quando o assunto é esse, elas vêm mais para a reunião. Apesar de elas conhecerem os outros assuntos – do café, do cacau, do guaraná. Mas elas não têm poder de decisão, não é o espaço delas. Elas ali são só mão de obra, subordinadas. E elas não querem discutir isso por duas razões: porque é uma afronta aos companheiros e também porque elas sabem que o que elas discutirem ali não vai ter importância, porque quem decide são eles. (Ana Celsa, técnica do Sasop)

O enfrentamento a esse duplo desafio, por um lado, reforçou o trabalho com os temas relativos à segurança alimentar, incentivando a produção de alimentos, dentro das propriedades, e práticas de alimentação saudáveis; e, por outro, reforçou as iniciativas de organização das próprias mulheres e dos jovens, na formação de grupos produtivos, de comercialização ou mesmo de lazer. Uma das estratégias utilizadas foi o monitoramento do valor econômico de todos os produtos gerados na unidade familiar, o que permitiu, por exemplo, dar maior importância econômica para as atividades realizadas pelas mulheres (em comparação com os valores obtidos com a roça comercial). Essa postura esbarrou, porém, em várias resistências, por parte dos agricultores. E existe ainda muita insegurança, por parte dos técnicos, sobre quais os limites que podem ser cruzados para se lidar, por exemplo, com o autoritarismo (e, às vezes, com a violência) dos maridos.

Outra entidade de assessoria que mudou significativamente a forma de trabalhar as questões de gênero foi o CTA-ZM. Essa entidade, em conjunto com outras que trabalhavam no âmbito da Rede PTA na região Sudeste, no final da década de 1990, após pressões de lideranças femininas do movimento sindical, e também de uma entidade financiadora, passou a incluir, em todos os seus programas de trabalho, ações que promovessem maior participação das mulheres. Criou-se um Grupo de Trabalho entre essas entidades (GT Gênero Sudeste) para propor estratégias de inclusão, e uma das decisões tomadas foi a de buscar a contratação de técnicas mulheres para os seus quadros profissionais, além de se estabelecerem cotas

de participação para mulheres em todos os eventos de formação. Essas decisões foram acompanhadas de ações para fortalecimento dos grupos e associações de mulheres na região e da promoção de iniciativas para aumentar a autonomia econômica das agricultoras, prioridades que só passaram a existir depois dessa articulação. Esse Grupo de Trabalho é reconhecido por muitos de seus integrantes como um dos precursores do GT Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia, que se organizou posteriormente.

No Rio Grande do Norte, foi o comprometimento da AACC e do (CF-8), desde o início do trabalho, que permitiu que se avançasse no atendimento às demandas das agricultoras. A AACC é uma ONG com sede em Natal, que trabalha nos assentamentos da região desde 1985. Seus primeiros trabalhos de formação foram com jovens rurais, apoiando experiências de produção e beneficiamento artesanal da castanha-de-caju na região da Serra do Mel. Em 1997, passou a assessorar o Grupo de Mulheres de Mulunguzinho, em parceria com o CF-8. A inexperiência da equipe da AACC em trabalhos com enfoque de gênero já vinha sendo sentida na entidade pelo menos desde 1995. Segundo uma consultora, naquela época os relatórios da entidade apontavam que:

Detectava-se no interior da entidade a necessidade de incluir nas suas áreas de atuação o trabalho com mulheres, haja vista que nas atividades de formação e organização, realizadas nas comunidades e assentamentos, a participação era basicamente composta por homens. As mulheres não participavam das reuniões e assembleias das associações, sindicatos, cooperativas e quando participavam não davam nenhuma opinião, ficando muitas vezes no portão dos galpões onde aconteciam as atividades. Fato que muitas vezes passava despercebido pelos próprios/as técnicos/as da AACC. (Silva, 2002, p. 21)

A opção por capacitar-se para melhor trabalhar com as mulheres implicou a realização de cursos internos em parceria com o CF-8 e também a contratação de consultorias especializadas para reformular o conjunto do trabalho. Passaram a realizar cursos de

capacitação específicos para as mulheres rurais, apostando no seu fortalecimento não somente para que se inserirem nas atividades coletivas dos assentamentos, mas para a sua auto-organização, incluindo a implantação de projetos produtivos, como foi o caso do grupo de Mulunguzinho e de outros grupos de mulheres da região.

O CF-8 (inicialmente chamado Centro de Mulheres) havia sido criado por algumas universitárias feministas em Mossoró, em março de 1993, para trabalhar com o tema da violência. A partir de 1997, ampliou sua área de trabalho, incorporando outros temas, tais como a pobreza das mulheres e o acesso ao emprego e à terra, em uma perspectiva de fortalecimento da autodeterminação das mulheres. Foi então que mudaram o nome para Centro Feminista 8 de Março e começaram a trabalhar na organização de grupos de base, urbanos e rurais.

Nesse trabalho conjunto de assessoria a grupos de mulheres, a AACC e o CF-8 também enfrentaram resistências por parte de outras assessorias e representantes de órgãos públicos da região:

Em 1999, quando começamos a propor projetos para grupos de mulheres no conselho que discutia os recursos públicos para a região, fomos motivo de piada: “Vocês estão loucos, se é difícil para os homens produzirem, imaginem as mulheres”. E, no entanto, até hoje esses grupos existem. [...] A gente fez uma articulação com outros integrantes do conselho e conseguiu que pelo menos 30% dos recursos fossem para atividades geradoras de renda e emprego para mulheres. (Francismar, técnico da AACC)

Segundo Francismar, sempre existiu uma torcida muito forte para que o trabalho com as mulheres “não desse certo”; às vezes, mais do que simplesmente “torcer”, alguns homens interferiam diretamente, gerando impedimentos (proibindo suas esposas de participar das reuniões, por exemplo). Havia uma espécie de boicote, às vezes explícito, às vezes velado, por parte dos homens. Era uma visão presente entre os técnicos e lideranças dos agricultores até então.

Ainda hoje a gente percebe. Muitas companheiras ainda têm dificuldades na própria casa. Aconteceu um caso na semana passada.

Se a gente marca reunião com os homens, as mulheres não vão. Se a gente marca com as mulheres, os homens vão, mas é só para atrapalhar. É a torcida do contra. Ficam lá com aquelas piadinhas, não apoiam nada, dizem que nada vai dar certo. Tem muito disso ainda: desacreditar, desmotivar. Mas as mulheres não se deixaram abater. Enfrentam mesmo, e vão tocando o grupo. Elas mostraram esses anos todos que o trabalho era sério, que os grupos estavam consolidados, funcionavam. (Francismar)

As mulheres se fortaleceram e ampliaram seu espaço de atuação, na região, criando a Comissão de Trabalhadoras Rurais do Oeste Potiguar, responsável (entre outras ações) por um diálogo intenso com os poderes públicos para melhorar as condições de acesso ao crédito rural (Alves, 2007). Segundo uma das técnicas do CF-8, que acompanha esse trabalho desde 2003, é notável a melhoria na participação das mulheres nos espaços mistos, em nível regional, após o início desse trabalho. Mas é preciso ter em conta também as suas limitações.

Muitas delas hoje são lideranças sindicais. No entanto, a maioria ainda tem limitações para atuar nos espaços mistos. Elas conseguem pensar mais o espaço delas, onde elas estão acostumadas. A partir da discussão que têm ali, no grupo de mulheres, é que conseguem se articular para atuar no sindicato, por exemplo. Apesar de elas participarem dos espaços maiores (Fórum Social Potiguar, por exemplo), têm mais dificuldades de pensar a proposta como um todo. Algumas ainda têm dificuldades de se expressar, de falar, mas, na intervenção direta, elas estão entendendo o significado de tudo. (Rejane, técnica do CF-8)

As pressões mais difíceis: famílias, maridos e filhos

As pressões vividas por aquelas que passam a assumir um papel de liderança social são, em geral, mais fortes em nível familiar, por conta de não conseguirem (ou se recusarem a) cumprir o papel esperado de esposa e mãe, cujo único interesse e foco de atenções deveriam ser a própria família – embora, evidentemente, também

haja exceções. Algumas lideranças (Efigênia, Inês, Maria, Izanete) conheceram aqueles que vieram a ser seus maridos/companheiros nos mesmos espaços em que começaram a militância. Zinalva já conhecia o companheiro desde criança. Nesses casos, foi mais fácil negociar, desde o início da vida em comum, a sua participação nos espaços públicos.

O marido de Efigênia, Cirley, agricultor, militante da Pastoral da Juventude, integrante do conselho do CTA-ZM e um dos organizadores da Escola Família Agrícola da região, sempre foi um incentivador da sua participação nos movimentos. Ele avalia que, para todo o grupo que iniciou a militância na mesma época, foi fundamental a existência de discussões sobre as questões de gênero, promovidas, por exemplo, pelas mulheres da Comissão Regional. Ele considera que essa se tornou uma questão de princípios para os vários casais que se formaram dentro daquele grupo. Ele afirma que já foi muito criticado por isso, por pessoas “de fora” [do grupo que iniciou junto na militância], que não se conformavam que ele “permitisse” que Efigênia fosse “mais importante” do que ele.

Pedro, esposo de Zinalva, também comenta ter passado por situações semelhantes. Quando Zinalva começou a participar de atividades fora de casa (cursos, seminários), alguns vizinhos vieram falar para ele se cuidar, porque ela poderia estar lhe “botando chifre”. O próprio pai de Zinalva veio reclamar que Pedro era muito liberal e o aconselhou a não deixar que a mulher estudasse tanto, pois, se ela ficasse muito “sabida”, isso traria problemas para o casal. Pedro, no entanto, tinha uma convicção muito firme de que a participação de sua esposa nessas instâncias resultaria em benefícios para todos: “Graças a Deus ela não parou, e esses cursos que ela fez ajudaram muito não só nós, mas também a outras pessoas. Mas foi um processo muito difícil”.

Pedro assume as tarefas domésticas como parte do conjunto de atividades que sustentam a atividade agrícola. Quando são realizados os intercâmbios de agricultores e agricultoras em sua propriedade, por exemplo, preocupa-se em incluir nos custos da atividade o pagamento não só da alimentação que será consumida, mas também do trabalho de preparação, de limpeza da casa e do pátio,

trabalhos em que todos da família se envolverão. Os filhos e as filhas que realizam essas atividades (preparação da comida, limpeza, etc.) recebem o valor correspondente, “porque tudo isso é trabalho e tem que ser valorizado. Alguém vai ter que fazer essas coisas, e esse trabalho deve ser reconhecido”.

Pedro já foi muito criticado. Diziam que ele era “florzinha”. Porque quando eu saio de casa, ou mesmo quando eu estou em casa, a gente divide as tarefas. Muitas vezes quando o barco de linha passa, às sete da manhã, o Pedro está lá na escada, com uma bacia de roupa, lavando. Há anos, isso era espantoso. Hoje eles não se importam mais, porque sabem que o Pedro lava roupa, cozinha, faz todos os trabalhos. E eles veem também que isso só soma. Porque se hoje a gente está melhorando a nossa condição de vida, é porque a gente partilha as nossas atividades. Mas infelizmente isso não é o normal dentro das famílias. (Zinalva)

Neneide também contou, no início, com algum apoio do marido; mas, mesmo assim, para poder sair, participar de reuniões, viagens, tinha que dar conta das crianças.

Quando meu marido estava em casa, ele dividia. Fazia almoço, lavava roupa, varria a casa. [...] Ele não tinha dificuldade de dividir, de entender que eu tinha que viajar. Nunca teve briga, confusão, por causa disso. [...] Bem, é verdade que ele não se importava que eu fosse, desde que eu levasse os meninos. (Neneide)

Entretanto, no caso de Neneide, a oposição vinha da própria mãe.

Mesmo a minha mãe sendo uma liderança, ela tem toda essa cultura do que deve ser uma mulher, do que é dito para uma mulher e do que é coisa de homem. Ela achava que isso [sair de casa para participar de movimentos] não era coisa de mulher, por mais que ela também sáísse. [...] Tive muita dificuldade com ela, uma época. Quando eu tinha que viajar, ela dizia que eu abandonava meus

filhos. Ela fazia uma pressão psicológica. Era muito difícil aguentar essa pressão, mas eu nunca deixei de ir, de estar participando. Mas para mim foi muito difícil. (Neneide)

Izanete também se refere à postura contraditória de sua avó e às críticas que recebia da própria mãe ao intensificar a sua participação nas lutas das agricultoras. Ela não entendia como a sua mãe, que já tinha sofrido tanto como mulher (por ter sido mãe solteira e ter enfrentado a sociedade, criando os filhos sozinha), podia cobrá-la por estar justamente lutando em prol da liberdade das mulheres.

As mulheres são muito preocupadas com o que os outros vão dizer. O que elas mesmas acham não tem importância, nem para elas. Elas acham que “sempre foi assim, foi com a minha avó, com a minha mãe, será assim com as minhas filhas”. Minha mãe, por exemplo, foi mãe solteira e sofreu muitos preconceitos por isso. [...] Mesmo assim ela me questiona por que eu saio de casa. Ela transgrediu muita coisa, mas quer que eu obedeça. Minha avó também não era de se deixar dominar, era durona. Ele falava, ela falava também. E, no entanto, antes de eu casar, ela me chamou num canto, para me dizer como eu deveria ser, e o que ela me disse era tudo o que ela não era! Que eu devia ser uma mulher obediente, que deveria ser submissa. E os homens se aproveitam dessas contradições. (Izanete)

Ela relata que o marido, apesar de se diferenciar dos demais agricultores em muitos aspectos, também foi criado de forma tradicional e não aceitou imediatamente o seu engajamento na militância.

Ele melhorou de uns tempos para cá, passou a ajudar mais em casa. Mas é um desgaste, porque você vira a mandona. Você fica esperando que ele enxergue, que mude sozinho, mas isso não acontece. (Izanete)

Para as demais, a saída de casa para a “vida pública” foi mais difícil, na maioria das vezes por terem que enfrentar a oposição direta dos maridos. Del conta que, logo que casou, sentiu muita dife-

rença em relação à sua família de origem, em que ela tinha mais autonomia: “Meu pai nunca me prendeu; eu saía, eu comprava, eu vendia [os produtos da lavoura], eu fazia de tudo”. O marido, no início, não queria que ela soubesse a não ser acompanhada da mãe dele; controlava aonde ela ia, as roupas que usava (“Não podia usar roupa curta, nem de alcinha; ele comprou anágua para eu usar, eu nunca usei”). Ele não permitia sequer que ela fosse ao médico, quando estava grávida, ameaçando colocá-la para fora de casa, caso ela desobedecesse. Ela arrumava trabalho por fora, em outras propriedades, e com o dinheiro, escondido dele, ia fazer o acompanhamento pré-natal. Nem mesmo quando ela quis ter o bebê junto à mãe, ele consentiu; mas ela foi mesmo assim. “Foi muita barreira que eu passei.”

Situações semelhantes são descritas pelas demais; algumas vezes a resistência foi amenizada com o tempo, quando os primeiros resultados do trabalho que elas faziam começaram a aparecer.

No começo, meu marido não me deixava sair de casa. Mas eu não me intimidei. Viajava, deixava meu filho com alguém; estava amamentando, deixava igual. Eu tirava o leite do peito, e quando voltava o menino pegava o peito de novo. E fui e fui. Se eu sair hoje e disser eu só volto na outra semana, sem nenhum problema, nem com os meninos; mas isso me custou caro. Ele deu essa virada assim, de aceitar, de entender, no decorrer do tempo, porque eu não dei motivo [...]. Eu acho que ele viu que eu estava fazendo coisas que eram para o bem da nossa família, de todos. E ele viu o respeito que todos têm. [...] Hoje, com o decorrer das coisas, eu viajo, e não tem mais os mesmos comentários. (Del)

O meu marido, no início, ele ficou meio balançado, às vezes não queria aceitar. Eu conversei muito com ele. [...] Eu cansei de fazer a comida dele e ir deixar lá no campo, onde ele estava trabalhando. Hoje é ele que vem deixar a minha. Quando eu saio para vir para o grupo, se der tempo de eu trazer já a minha comida, a minha merenda, eu trago; e se não der, eu digo: “Olhe, não está dando tempo de eu levar o meu comer, você vai deixar? Vou”. E ele vem deixar. Ele respeita o nosso trabalho. (Francisca Lourdes)

Meu primeiro enfrentamento foi quando eu fui fazer o curso de ministra de Eucaristia, que era em outra cidade. Meu marido deixou de ir me buscar no ponto de ônibus, à noite, mesmo sabendo que eu tinha medo de andar sozinha no escuro. Eu tremia de medo, mas enfrentei. Foi cada vez acontecendo mais conflito, com ele e com a família, porque eu fui me envolvendo com o sindicato e com o movimento de mulheres. Depois nos separamos. (Rosane)

Elas têm consciência de que nem todas as mulheres conseguem resistir a essas pressões, e esse é um dos principais motivos que as leva a se afastar dos movimentos. Mas há também muitas histórias de superação e de autoafirmação, embora as separações e os casos de violência como reação à participação das mulheres nas organizações, vistos como indesejáveis, também sejam uma preocupação sua, como lideranças.

Houve mulheres que participaram do grupo no início, e depois deixaram, exatamente porque o marido achou que ela ia se tornar uma “rebarbada” [para Zinalva, significa ter senso crítico, ser rebelde]. Isso ocorreu. Assim como teve casos de mulheres que o marido achou que ela não deveria participar, e ela disse: “Se você quiser ficar comigo, é comigo participando do grupo; se você não quiser, a porta da casa é serventia”. E até chegou a separar mesmo. Ela disse: “Se você quer me proibir hoje de ir ao grupo, não é do grupo que você está reclamando, é porque você quer ser o meu dono. Então eu deixo o grupo hoje e amanhã você vai arranjar outro pretexto para me manter dentro de casa”. Então separou simplesmente. Para outras, que queiram vir para o grupo, se o marido é radical, ele já vai dizer: “Não, você não vai, porque elas vão incentivar você para ser rebelde”. (Zinalva)

Em casa, enfrentei muito problema, e continuo enfrentando. Até que hoje está mais leve, mas no começo ele não queria que eu viesse trabalhar nisso [na roça coletiva do grupo de mulheres]. Ele dizia que era um trabalho muito pesado, que depois eu ia ficar cansada e não ia conseguir ir para a roça da gente. Eu enfrentei muito proble-

ma. (Integrante do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, Bahia)

Das mulheres que eu conheço, as que desistiram não foram tanto pela sociedade, mas por pessoas de dentro de casa, da família. De não deixar, de não permitir, destratar. “Isso não é coisa de mulher, isso não vale a pena, viver no meio do mundo, batendo perna”; eu acho que muitas desistiram por causa disso. (Neneide)

A gente tem que tomar cuidado, quando fala de gênero, de família; isso pode causar algum conflito, tem que ter o espaço adequado, as metodologias. Porque senão vai ser um tal de gente separando. [...] Essa é uma preocupação minha também. (Efigênia)

Tem que ir passo a passo. E conversando, mostrando a realidade. Não pode se achar mais do que eles; a gente tem os mesmos direitos, mas não pode sair mandando, gritando, que a gente não consegue nada. Tem que mostrar como as coisas são. Por exemplo: se aqui tem um prato para lavar e o feijão para catar, e ainda tem que ir para a roça. Você tem que ir quebrando aquele tabu; tem que dizer para ele: “Você quer que eu vá para a roça; se você catar o feijão enquanto eu lavo a louça, nós dois terminamos antes e vamos juntos para a roça”. Mas se você disser, “Não vou fazer isso, você que se vire”, já vira aquele conflito. (Del)

Por outro lado, os filhos e filhas muitas vezes também não aceitam as ausências prolongadas da mãe em função das responsabilidades assumidas nos movimentos. Conciliar as duas questões não é fácil, e elas podem se sentir culpadas dos dois lados – na família e nos movimentos. Em muitos casos, para participar, elas tiveram que levar consigo os filhos pequenos, porque os maridos ou companheiros se recusavam a ajudar. Outra questão importante é a sobrecarga com o trabalho doméstico, que continuava como uma tarefa praticamente exclusiva das mulheres.

Na época, foi muito difícil. Eu tinha o rapaz, que hoje tem 18 anos, tinha Naiara [segunda filha] pequena e Nara, a menor, que ainda

mamava. Ela mamou até os quatro anos. Eu lembro que, quando eu ia para as atividades do grupo, eu levava as meninas comigo; a maiorzinha era só dar um lápis para ela, e ela ficava riscando; mas a menor era o tempo todo dependurada no peito. E quando tinha uma capacitação, eu dizia: “Se quiser que eu participe, tem que aceitar meus filhos”. E eu levava, armava rede e botava os meninos. Na época foi muito difícil, porque eu ainda não tinha uma história de diálogo, não tinha uma preparação, para poder falar com meu esposo: “Olha, eu preciso ir para a reunião, você vai ficar com os filhos”. (Neneide)

Em 1996 eu comecei a participar das discussões estaduais do movimento sindical; eu tinha tido um filho em 1995, eu ia cheia de leite. Teve uma chapa para a direção nacional em que meu nome foi indicado, mas eu não pude vir, porque já estava grávida. (Carmen)

Quando eu assumi a presidência, o sindicato ficava a cinco quilômetros da minha casa. Eu levantava às cinco da manhã, tirava leite, organizava, fazia tudo, organizava o almoço, vestia a minha filha, que já estava na pré-escola, e pegava o ônibus dos alunos, para estar no sindicato à tarde. Eu fazia o atendimento no sindicato todas as tardes, na cidade. Quando terminava, pegava minha filha, pegava o ônibus e vinha para casa. Tirava leite e organizava tudo de novo. Mas nem meu marido nem meu sogro tiravam leite, e isso causou um problema: eu não podia ir mais nas reuniões, ficar mais de um dia, por causa das vacas. Tinha que ter alguém que tirasse o leite para mim. Quando a minha sogra morava com a gente, se eu viajava, ela tirava o leite, mas depois ela foi embora. (Rosane)

As educadoras diziam assim: “Eu até topo ser educadora, mas com quem vou deixar meus filhos?”. [...] No primeiro encontro de mulheres do MST em 1994, ano que eu entrei, as mulheres discutiram isso: “A gente só vai participar se houver condições e com quem deixar os filhos”. Então resolvemos criar um espaço para isso, porque o machismo é grande. Homem não fica com criança porque vai tomar o tempo do trabalho deles. Então, nesse encontro do

EJA que a gente fez em 1996, a gente implantou a primeira ciranda infantil do MST, no Ceará, a partir dessa realidade. Depois isso se espalhou pelo Brasil inteiro. (Lourdes)

Eu viajava muito, e levava eles para as reuniões, mamando. [...] Eles iam comigo, eu levava uma bolsa enorme. Não tinha onde dormir, a gente dormia tudo junto, no chão. Levava eles sempre. Depois foram crescendo, eu não podia ficar pagando a passagem, e eles foram ficando com minha mãe. E eu tive que ir me afastando deles. Sinto muita tristeza por isso, por meus filhos não estarem comigo. É muito triste. Pela ansiedade de uma transformação, de uma vida melhor para minha família, talvez eu tenha ficado muito fora, e não pude dar para os meus filhos aquilo que eu nem tive, carinho, atenção. [...] E hoje estou aqui, tenho uma trajetória, uma história para contar. Mas fico triste, porque não consegui passar isso para os meus filhos. Porque eu não fiquei perto deles, pela ausência. Eles respeitam, admiram o meu trabalho, veem as fotos, as notícias, gostam de ver a forma como eu me visto, como eu me coloco. Mas o movimento para eles era como um inimigo, pois eles já não tinham pai e perderam a mãe para o movimento. E eu sempre coloco para eles que não é por egoísmo meu, é por uma causa. (Zulmira)

Com as meninas, foi muito difícil. Hoje está mais calmo, elas estão aceitando mais. Com o filho, não, porque ele ia junto comigo, ele aceita mais as minhas saídas de casa. Às vezes, ele diz: “Só eu entendendo a minha mãe”. Depois daquele 8 de março [de 2006, ocupação da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, RS, em que foi decretada a prisão de várias lideranças do MMC], foi difícil, porque elas começaram a sentir medo de que eu fosse presa. Todo mundo lá em casa se envolveu. Eu tinha pensado em não falar nada para elas, mas fiquei com medo de que acontecesse algo mais grave e elas não estivessem preparadas. Foi bom que eu falei. Porque quando elas viram na TV, elas ficaram muito assustadas. Mas já passou, também. Elas também vão aos trabalhos com as jovens, no movimento de mulheres. Mas elas não são assim tão simpáticas; elas têm medo. (Izanete)

Eu quero cuidar dos meus netos do jeito que eu sei hoje, porque não foi desse jeito que eu cuidei meus filhos. Os meus filhos, eu não tive a oportunidade de cuidar, eles ficavam em casa sós, muito sós, eu só ficava com eles à tardinha ou de manhã cedo. Teve muita coisa que faltou, que eu não pude dar; eu não pude dar mais atenção para eles. (Del)

Neneide e Izanete manifestam uma preocupação de estarem deixando as filhas sobrecarregadas, em suas ausências, e de reproduzirem, com elas, uma divisão de trabalho que se empenham em combater.

O medo que eu tenho nessa história de eu sair muito, de eu viajar muito, é de, às vezes, estar botando a responsabilidade em outras mulheres, no caso, as minhas filhas. Essa coisa de arrumar a casa. [...] porque somos só três mulheres em casa. Então é como se lá em casa se repetisse a história da cultura dominante; como se eu fosse o homem, e as meninas têm que ficar se dividindo muito nas obrigações. Eu fico me culpando, será que está certo, será que está errado, na história das tarefas domésticas. Isso não quer dizer que eu não faço [as tarefas domésticas], mas é mais difícil. Quem faz mais são elas, e eu fico me perguntando muito se isso é o certo. Mas também não tem nenhum homem para dividir as tarefas, não é? Eu às vezes fico muito confusa nisso. (Neneide)

Elas sempre trabalharam na roça, com a gente. A mais velha é a que mais vai. A outra fica em casa, fazendo almoço. Enquanto tem aula, é só na parte da tarde. Elas mesmas dividiram as tarefas, conforme o que gostam mais. Tem uma que tira o leite. Mas o trabalho delas não é igual ao que era no passado, é mesmo uma ajuda; o menor também ajuda, busca lenha, guarda a louça. Quando eu saio, tem esse problema, elas têm que fazer a minha parte. Limpar a casa, tratar os bichos, lavar a louça, fazer o almoço. Quando eu estou em casa, fica pouco para elas fazerem. Eu gosto de fazer as coisas, principalmente a horta; é o que eu mais gosto. Mas quando eu saio, é mais difícil. (Izanete)

Como apontou Zulmira, ao obter melhorias para a sua comunidade ou para a sua propriedade, e alcançar certo reconhecimento público – passar a ser conhecida, a viajar, a representar a comunidade, a aparecer o seu nome ou foto em publicações –, essa resistência pode ser amenizada. Pode ocorrer que os maridos e filhos se sintam orgulhosos do seu trabalho, e passem a apoiá-las e a prestigiá-las. Em alguns casos até mesmo podem se aproximar das organizações e das propostas de trabalho das quais elas fazem parte.

No caso de Del, seus três filhos já se direcionam para trabalhar na agricultura ou em profissões correlatas: a mais velha é professora no próprio assentamento e participa como multiplicadora nos trabalhos de formação em agroecologia promovidos pela mãe; o segundo filho, que está na escola agrícola de Valença, é bastante envolvido com o que acontece na propriedade; e o terceiro também participa das atividades quando chega em casa: “Ele chega da escola, tira o fardamento e corre para a roça, às vezes não quer nem comer”. Segundo Del, todos têm intenção de permanecer na propriedade, dando continuidade aos trabalhos realizados por ela.

Neneide também tem uma visão positiva da sua relação com os filhos.

Eu considero que eu sou uma mãe ausente, mas presente. Eu tenho prova de que eu participar dessa militância não prejudica a história da minha relação familiar, porque as minhas filhas me adoram, elas sabem como eu sou importante para elas. Eu tenho uma relação muito boa com as minhas filhas. Elas já participam do movimento também, já são da batucada feminista, já são do grupo de jovens aqui do assentamento. (Neneide)

Zinalva também se orgulha de os filhos trabalharem em todas as atividades na propriedade, por decisão própria:

A Emilia [filha mais velha, já casada e com uma filha] tem casa montada na cidade, tem tudo lá; mas não sai daqui. Ela tem muito jeito para cozinha e sabe fazer de tudo, usar o que tem na propriedade. Quando ela estudava, gostava de levar as coisas que a gente

fazia aqui (bombons, bolos, queijos) e vender para os colegas; e fazia propaganda, dizia que era saudável, explicava por que esses produtos eram melhores do que as coisas industrializadas. Ela tem orgulho do que a gente faz, tem orgulho de ser agricultora. O marido é uma pessoa bem esforçada, mas ela não aguenta ficar na cidade. [...] O Junior [segundo filho], com 16 anos, faz as contas, vende, recebe, gasta o que for necessário, presta contas; se precisa de alguma coisa ele compra, depois diz no que gastou. Tem responsabilidade. Ele está com plano de fazer escola agrotécnica, fazer faculdade e depois voltar para cá. Já escolheu as árvores que vai tirar para fazer a casa dele, já tem os planos. Os outros são pequenos ainda para saber. (Zinalva)

Tanto no caso dos filhos de Zinalva como no dos de Del, apesar de todas as dificuldades, a visão positiva que é passada para a juventude, com relação às atividades agrícolas, tem a ver também com o reconhecimento da contribuição de cada um ao empreendimento familiar e com o fato de que esse reconhecimento passa por uma distribuição mais equilibrada dos recursos financeiros dentro da família.

A revolta dos filhos, em geral, é porque não são reconhecidos e também porque não recebem pelo trabalho que fazem. Aqui não. De acordo com o trabalho que ele fez, ele ganha; e é tudo transparente, ele sabe quantas latas de açaí colheu, quanto recebeu por cada uma. Até os pequenininhos recebem. Porque também trabalharam. As pessoas levam trinta dias para receber um salário mínimo. E aqui, em um dia, conforme a época, ele pode receber mais que isso. Ele sabe o que entra, o que sai, em que estamos investindo. Ele sabe que ficar na roça não é um castigo para quem não pode estudar, isso aqui é uma empresa. A gente sempre conversa isso na comunidade. Não tratem os filhos de vocês como se eles fossem empregados, como se eles não tivessem nada a ver. (Zinalva)

Muitos filhos trabalham na propriedade do vizinho, como diaristas, mas não trabalham na própria casa. Porque no vizinho eles

recebem 50 reais, mas é deles. Eles sentem a necessidade de ter um colchão, uma roupa, as coisinhas deles, a moça quer comprar uma calcinha, uma sandália. E, na casa deles, eles não recebem nada, é aquela humilhação. Lá em casa é diferente. Eles têm uma área de cacau que é deles: tudo o que vender ali, eles dividem. E também quando algum deles precisa de alguma coisa os outros se juntam e fazem uma farinhada, vendem um corante, uma coisa ou outra, e juntam o dinheiro e dá para aquele que está precisando. Depois para o outro, e assim vai. Eles precisam ter o dinheirinho deles. (Del)

O cerne da dominação masculina

A análise das histórias dessas mulheres e das lutas que assumiram para se afirmarem enquanto lideranças mostra que pesa sobre elas uma forte contradição com relação ao seu papel de gênero: ao mesmo tempo que se mostram mulheres fortes, determinadas, e testemunharam a existência de muitas outras mulheres igualmente fortes ao longo da sua vida, sabem também que esse lugar de protagonistas da própria vida não lhes é assegurado *a priori*. É preciso uma série de “batalhas” para conquistarem permanentemente o direito de dizerem o que pensam, serem sujeitos, agirem conforme as suas convicções.

Quando colocam, por exemplo, o peso da sobrecarga de trabalho que recai sobre elas, em função da recusa da maioria dos homens em realizar as atividades domésticas, incluindo cuidar dos filhos, essa não é uma questão menor. Nos casos em que os homens aceitam compartilhar esse papel, tudo parece fluir mais harmonicamente. Elas usam mesmo o termo “libertação” com relação ao trabalho doméstico, às amarras da casa; usam a expressão “sair da cozinha”, quando passam a ter acesso ao “mundo lá fora”. É uma questão fundamental e que está presente todo o tempo, porque está vinculada ao papel das mulheres na divisão sexual do trabalho, e às hierarquias – e, portanto, ao poder – dentro da família.

Outro componente crucial desse modelo de representações sociais sobre o feminino e o masculino, talvez um dos mais impor-

tantes, sobre o qual as mulheres se questionam permanentemente, é o que dispõe sobre o que deveria ser uma mulher “correta”. Poderia ser resumido pela expressão, em qualquer circunstância, “obedecer ao homem”. Existem várias formas de materialização dessa exigência, em particular, na organização da unidade produtiva e da família no meio rural. Elas têm uma consciência muito clara sobre a importância de se questionar tal preceito.

É a questão do poder: nós fomos criadas para obedecer, e eles para mandar. Quando eles acham que a mulher não está obedecendo, metem o pau. É como se fosse assim: “Eu mando, eu bato”. É assim e pronto. E como não tem ninguém por perto, a mulher vai aguentando. As mulheres acham que foram criadas para isso: obedecer, obedecer, obedecer. E o pior, se ele bate, elas acham que deram motivo. Foi porque ela fez alguma coisa que ele não gostou; cortou o cabelo, vestiu uma roupa curta, falou com alguém. Essa é uma das coisas que eu acho mais difícil de trabalhar, porque é uma ideia muito forte na sociedade, as pessoas acham que a mulher “apanha porque quer”. Não se trabalha muito a história da relação; as pessoas não se perguntam por que ela aguenta. (Neneide)

Eu vejo que até mesmo a Igreja prega essa submissão das mulheres, que as mulheres têm que ser submissas aos maridos. Se o marido diz “Tu não vai”, ela não vai e pronto. Não vê que se ela for [participar de alguma organização], se ela melhorar a sua condição financeira, vai melhorar para ele também. O que ela vai trazer vai ser para a família, não vai ser para ela só. (Zinalva)

Os homens sempre foram muito machistas. Eles foram educados dessa forma, de que eles é que têm o poder, têm o direito, é ele quem grita mais. Eles eram os senhores de tudo. A mulher só pode mandar da porta para o fundo da casa. Para a frente, quem manda é o homem. Por isso o número de mulheres sempre é reduzido na luta. Nós somos a maioria, mas ainda temos essa dificuldade de entender os nossos direitos. (Del)

A gente tem que ter clareza de que existem desigualdades, vivemos num mundo patriarcal e isso precisa ser mudado. A família é um dos assuntos mais difíceis de discutir. [...] A família não é a referência para a gente construir a libertação das mulheres. Tem gente que pode até fazer um discurso liberal, mas vai lá ver, entre as linhas, entre os gestos, está lá, em tudo, a opressão das mulheres. Mas é muito difícil de tratar isso, ninguém quer colocar em questão, porque tem medo de perder o controle, e não quer comprar briga com Igreja, por exemplo. (Carmen)

É muito doloroso falar sobre isso [violência]. A maioria se fecha, não quer falar. Mas o que acontece: se elas reclamam de alguma coisa, a violência vem. A violência física é a mais descarada, mas a pior é a psicológica, em que o cara aparece como “bonzinho”, sustenta a casa, etc., e a mulher tem que ser uma escrava. Ela tem que agradecer porque ele é “bom para ela”. Eles reclamam de tudo, da comida; tudo o que elas fazem ou dizem está errado. E ela tem que escutar calada. Ela se sente culpada, não pode dizer o que pensa, não pode escolher nada, só se ele também quiser. O principal é que ela não pode fazer nada sem que ele concorde. Não pode ir numa reunião, fazer o que ela gosta. (Izanete)

Na minha casa, eu lembro como se fosse hoje: meus pais criavam porco, e era aquela história, o preço aumentava, diminuía. Daí, um dia a mãe disse: “Vende agora, antes que o preço diminua mais”. Veio um comprador, e o pai vendeu os porcos. Dali uma semana, o preço aumentou. Eu sofri junto com a mãe, porque você não imagina o que ela escutou! O pai nunca se esquecia daquilo lá. Qualquer coisa, ele lembrava: “Pois é, se eu tivesse deixado para vender depois”. Até que eu disse: “Eu não aguento mais”. Aquilo foi me doendo, doendo. Eu pensava: “Será que você não tem direito a errar uma vez sequer?”. Mesmo que ele não tivesse vendido, ou que tivesse abaixado mais o preço, será que ele iria dizer: “Obrigado por você ter me dado a ideia”? Ele não ia nem se lembrar de que ela tinha dado a ideia. Mas como deu errado, ele não esquecia. Aquilo me doía. E eu fiquei com aquilo na cabeça, do tanto que a mãe so-

freu, por ter dado uma ideia. Ela nunca mais abriu a boca. Ele podia errar tudo o que ele queria, mas ninguém ficava sabendo. Tem palavras que doem muito mais do que se você levasse um tapa. Fica tudo tão doído, tão amargo, fica para sempre. (Sonia, integrante do grupo de mulheres de Ibiaçá, RS)

Quando a gente mexe com esses temas [as questões de gênero], isso sempre mexe com a gente, porque toca em coisas que todas nós sentimos. Você vive a situação, em maior ou menor grau. Claro que eu sentia isso muito menos do que elas [as agricultoras], porque eu tinha como traçar umas estratégias de saída, e elas muitas vezes não têm. Elas não têm saída. Elas sofrem muito com violência psicológica, todo dia. Elas ouvem coisas depreciativas sobre o trabalho delas. Isso para mim é violência, e elas escutam isso todo dia. Não precisa bater. É só não valorizar o trabalho que elas fazem, não cuidar dos filhos. Se alguém se machuca, a culpa é delas; qualquer coisa, se o filho vai mal na escola, tudo. É um horror, e elas não têm como sair dali. Mesmo as que apanham, se forem denunciar, não têm para onde ir. Outra coisa que eu vi é o medo das mulheres; elas se sentem muito sozinhas, muito incapazes de ir fazer as coisas. Mas elas têm uma solidariedade entre elas; é a única saída. (Inês)

No caso específico da agricultura familiar, em que é fundamental o acesso aos bens de produção para a sobrevivência das pessoas, torna-se imperativo compreender o significado, para a vida dessas mulheres, do fato de elas ocuparem um papel subordinado em todas as atividades produtivas. Não é novidade dizer – muitos estudos sobre as desigualdades de gênero no meio rural já demonstraram isso – que elas não têm acesso à terra; quando têm, são pequenas parcelas, de pior qualidade; não têm acesso aos meios de produção, insumos, crédito, tecnologia.⁴ Os conhecimentos que

4 Entre os anos 2001 e 2003 foram realizados pelo Projeto Dom Helder Câmara, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, diagnósticos sobre a situação das trabalhadoras rurais no Nordeste do Brasil, que mostraram situações muito parecidas com as encontradas por esta pesquisa

detêm não são considerados importantes, suas ideias não são escutadas. Tudo o que fazem dentro da unidade produtiva está sujeito à aprovação dos maridos, que podem desfazer, inclusive, o que elas já tenham realizado. São eles quem têm a última palavra.

A mulher trabalha muito, mas não tem o reconhecimento. Nem mesmo ela reconhece o trabalho dela mesma. [...] O marido acha que o dinheiro da roça é só dele; ele compra o adubo e bota na roça dele. Se ela pega um pouquinho para botar na horta, e ele descobre, é aquela briga, porque ele acha que só pertence a ele e que colocar no quintal é desperdiçar. A mesma coisa com as ferramentas: eles não deixam elas usarem os facões, o carrinho de mão, nada. É tudo deles. Elas têm que trabalhar sem nada. Quando nós ganhamos o prêmio [da Fundação Ford, em 2007, por ser uma experiência bem-sucedida de trabalho com mulheres], foi a primeira vez que a gente pôde comprar coisas só para nós: botas, facões, capas de chuva, carrinho de mão. Havia umas que nunca tinham tido uma bota só para elas, que nunca tinham usado uma capa de chuva. (Del)

Já aconteceu aqui de uma delas ter preparado o terreno, feito as mudas e plantado uns pés de abacate no quintal. O marido veio, e cortou tudo. Sem nem falar com ela. Ele desprezou o trabalho dela, só para mostrar que era ele quem mandava. Ela contou isso para nós com muita dor. Ele podou a pessoa, não as plantas; passou por cima mesmo. (Luciano, técnico do Sasop)

A gente precisa lutar muito para ter autonomia econômica. [...] Essas miudezas que elas trabalham, é tudo no pior cantinho, no lugar que sobra para elas, nos barrancos, nos carrascos. Porque a terra boa os homens usam para a soja, ou outra coisa para vender, e não tem

(pelo menos, no que se refere àquela região). Ver, em particular, Casa da Mulher do Nordeste (2006); Centro da Mulher 8 de Março/ Cunha Coletivo Feminista (2004); Centro Feminista 8 de Março (2003); Peixoto et al., (2004); Santos; Almeida (2004).

discussão. E àquilo que se planta para comer, que dá o sustento da família, ninguém dá bola, isso não se valoriza no dia a dia da família, e nem no banco, nem na assistência técnica. Só importa o que é do homem. [...] O único dinheiro que passa pelas mãos delas é o do leite, e o resto todo tem que pedir. O dinheiro grande, que seria de todos, é como se fosse só deles; na verdade, elas só decidem sobre aquele pouquinho. (Izanete)

Em um estudo realizado pelo SOS Corpo em conjunto com o MMTR-NE, em 2005, sobre as condições de vida das mulheres trabalhadoras rurais no semiárido brasileiro, as autoras já traziam essa reflexão: a de que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres era o controle exercido pelos homens sobre a renda das famílias.

O controle sobre a renda da propriedade (...) é um dos pilares que sustentam a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes retirar o dinheiro do rendimento do seu trabalho, e, com isso, afetar diretamente sua possibilidade de autonomia, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe às custas da privação feminina. (Silva et al., 2005, p. 85)

Da mesma forma, não é novidade que eles sejam considerados sempre os chefes da família; que controlem a maior parte dos recursos financeiros (quando não todo ele), ainda que tenham sido obtidos (e normalmente são) com a participação delas e dos filhos, que entram com a mão de obra. Que eles dominem as informações sobre o que se passa na propriedade e fora dela, nas relações com os bancos, com a assistência técnica. Que elas devam pedir permissão para participar de qualquer atividade fora de casa. Que eles tenham controle sobre a roupa que elas vão usar, em quem elas devem votar, se vão ou não ao médico. Mesmo o veículo da família (carro, moto) é considerado deles, elas não podem usar a não ser com consentimento. E a lista das situações em que elas não têm, em princípio, poder de autodeterminação não para por aí. Mesmo os casos de superação dessas situações que foram abordados neste livro só refor-

çam a existência de um padrão, de uma regra, vivida como injusta, e que teve que ser quebrada por elas.

Aqui na região, quem coordena o recurso é o homem, e ela nem sabe no que foi usado. Embora ela trabalhe até mais do que ele. Ela está envolvida na produção, mas não existe isso de discutir na família: “Como é que vamos fazer?”. É ele quem decide. Isso é meio automático. Na Comissão de Mulheres, a gente está trabalhando muito isso, para as mulheres controlarem a produção e o que ganham. Já tem algumas que fazem esse levantamento, mas são poucas. [...] Às vezes ela trabalha bem mais, mas isso não é reconhecido, ela não vê o resultado do trabalho. O único caso que coordena o próprio dinheiro é o das aposentadas. Mas mesmo assim eles tentam pegar. (Efigênia)

Dentro da associação, foi muito trabalhada essa questão das mulheres. De início, iam só os homens; eles participavam e as mulheres nem sabiam o que tinha ocorrido. [...] Nós vimos essa questão quando começou o Pró-Ambiente. Foi feito o cadastro, e tinha perguntas que elas diziam: “Ah, isso eu não sei, só meu marido que sabe”. Existem muitos casos em que a mulher ainda não apita. Tipo assim: ele é o chefe, e ela é a empregada dele. As mulheres que vão para a associação passam a ter um senso crítico de que elas não são empregadas. Elas passam a ter consciência de que ali, daquela empresa, que é a propriedade rural, ela também é dona. A gente diz isso abertamente: “Você é tão dona quanto ele”. É a realidade: você trabalha de ombro a ombro, de sol a sol, e quando chega no fim você não recebe nada! (Zinalva)

As lideranças dão exemplos concretos de como essa questão do poder dos homens sobre as famílias se manifesta em fatos corriqueiros, que muitas vezes são naturalizados.

O ex-presidente do sindicato comentava, outro dia, que ele ficava com muita raiva, que às vezes até para receber a licença-maternidade o homem é que estava na frente, sendo que a documentação

é toda da mulher, não vai nem o nome deles ali. E eles ficam lá no sindicato perguntando: “Não chegou o meu ainda não?”. Como se o dinheiro fosse dele. Dá vontade de falar: “Dá licença, deixa a sua esposa sentar aqui, nós queremos conversar é com ela. Saber o que ela faz, no que ela mexe, o que ela planta”. É difícil, viu! [...] Quando mudou para que incluísse o nome da mulher na Declaração de Aptidão [DAP, necessária para acessar o Pronaf e outras políticas públicas], e elas tinham que assinar, muito homem brigou. Reclamaram. As mulheres também não gostaram, porque elas não sabiam o que estavam assinando. Também acontece de as mulheres irem questionar o próprio marido. Dá conflito mesmo, ele é quem comanda tudo, o carro é só dele, se ela precisa de alguma coisa tem que pedir para ele levar. É difícil. (Efigênia)

Outra coisa é sobre o dinheiro ficar na mão do homem: isso é uma realidade. Uma vez, o técnico veio aqui, para um repasse de dinheiro de um projeto, para comprar um combustível de um motor. Como o Pedro não estava, ele não repassou o recurso, foi embora. [...] Pedro ligou para o técnico, perguntando, e ele respondeu que não tinha deixado porque não ia deixar o dinheiro comigo, que era mulher. Pedro reclamou com ele: “Aqui em casa quem cuida das finanças é a mulher. Ela que deposita, saca, faz os pagamentos”. Depois ele veio aqui e me pediu desculpas. Ele disse que nas outras famílias só quem recebia o dinheiro era o homem. Então eu cobre dele: “Se você está trabalhando para mudar o modelo, tem que mudar o seu jeito de lidar com isso”. [...] Eu já brigava muito com ele antes, porque ele dizia que quem era cadastrado no Pró-Ambiente era o Pedro; eu corrigia ele, dizendo quem é cadastrado é “a família do Pedro”. Eu falei isso no meio da reunião, para dar exemplo. (Zinalva)

Um dos grandes problemas, quando casei, foi a forma como a família do meu marido lidava com a renda. O sogro e a sogra administravam tudo, e a gente não recebia nem um centavo. Quando eu trabalhava de doméstica, e também quando lá em casa a minha mãe vendia leite, queijo, a gente sempre tinha um dinheirinho para

a gente [para as mulheres]. Na outra família, não tinha nada. Para eu poder tomar um sorvete, tinha que pedir dinheiro para o meu sogro, imagina! Isso foi gerando uma coisa dentro de mim, uma revolta. (Rosane)

O pai é quem concentra tudo, nem a mãe vê o dinheiro. Nem a mãe, que faz, que trabalha, que rala, que faz tudo, não vê o dinheiro. E as filhas, os filhos, não conseguem receber nada. [...] Às vezes ele é quem recebia o dinheiro delas, elas nem sabem quanto tinham que ganhar. E depois tem que pedir dinheiro para eles para qualquer coisa. Agora mudou um pouco com o Bolsa Família e com a aposentadoria. Esse dinheiro fica com elas, e elas não deixam eles pegarem. Para poder estudar, elas só vão se eles deixarem. Tudo tem que pedir permissão, e muitas acham que isso é normal. Elas acham que ter ideias próprias é errado, mesmo sendo adultas, tendo filhos. (Del)

As mulheres que foram ouvidas nesta pesquisa, de alguma forma, desafiaram (e desafiavam) esses padrões sociais, desde o momento em que ousaram “ultrapassar a porta da cozinha” (expressão de Del). Para elas, algumas dessas questões foram superadas em sua vida pessoal – à custa de longos processos de negociação e de autoafirmação, plenos de conquistas assim como de perdas –, mas é exatamente com essas representações sociais do que é o masculino e do que é o feminino que elas, permanentemente, têm que enfrentar; é esse o modelo de relações familiares que elas encontram ao redor, no qual estão inseridas as suas companheiras e contra o qual elas lutam. Talvez seja a “dureza dessas desigualdades” e a “crueldade e violência” dessas relações (termos e expressões utilizados por Inês) que fazem com elas tenham tanta convicção de que o caminho da luta das mulheres é um caminho sem volta.